

EDITAL

| | | | |
|---|-------------------------------|--|--|
| Pregão Eletrônico nº 051/2025 | | Data de Abertura: 03/06/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br | |
| Nº do PE no compras.gov.br: 910512025 | | UASG: 925302 | Nº do Proc.: 19.000.000064.2024 |
| Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO DE PESSOAS, ATRAVÉS DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS | | | |
| Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP | | | |
| Valor Total Estimado: R\$ 29.138.400,00 (vinte e nove milhões cento e trinta e oito mil e quatrocentos reais) | | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO RP - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (NÃO CONTÍNUOS) | | | |
| Registro de Preços? | Vistoria? | Amostra? | |
| SIM | SIM | NÃO | |
| Exclusiva ME/EPP? | Cota Reservada ME/EPP? | Critério de Julgamento das Propostas? | |
| NÃO | NÃO | MENOR PREÇO | |
| Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO | | Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM | |
| <u>DESTAQUES</u> | | | |
| <p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p> | | | |



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, na qualidade de órgão gerenciador conforme os termos do Art. 8º, do Decreto Estadual nº 43.759/2023, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 3.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. Valor UNITÁRIO MENSAL do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;

- 6.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 6.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;

- 6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo indicado no Anexo I do Termo de Referência;

- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;

- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;

- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo



legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

- 6.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 6.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO MENSAL do item.
- 7.5.1. Após o envio do lance, o sistema do 'compras.gov.br' computará o valor TOTAL MENSAL DO LOTE, para fins de classificação;
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela





possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 7.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



- 7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
- 7.18.2.2. empresas brasileiras;
- 7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 7.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.19. Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:
- 7.19.1. quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- 7.19.2. em razão da forma e do local de acondicionamento;



7.19.3. quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

7.19.4. por outros motivos justificados no processo;

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU
(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);

8.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).

8.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 8.1.2; 8.1.3; 8.1.4 e 8.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.



8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

9. DA PROPOSTA ADEQUADA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.

9.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.7. Além das informações exigidas no item 6 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

9.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

9.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

9.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

9.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

9.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

9.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

9.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;



- 9.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 9.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 9.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 9.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 9.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 9.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 9.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos;
- 10.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.4. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:



- 10.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.5. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



- 11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 11.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 11.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail gesipe@seap.pb.gov.br ou do telefone (83)3208-9979, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 11.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 11.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 11.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 11.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 11.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 11.12. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



- 11.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 11.13. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 11.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 11.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 11.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 11.14.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inhabilitação.
- 11.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.12.1.
- 11.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 11.19. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:



11.19.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 11.19.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.19.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.19.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.19.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.19.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 11.19.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.19.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 11.19.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 11.19.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.19.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 11.19.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



11.19.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.19.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

11.19.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.19.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.19.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.19.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.19.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.19.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.19.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.19.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.19.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.19.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.19.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.19.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

11.19.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



- 11.19.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.19.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 11.19.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 11.19.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 11.19.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 11.19.4. **Relativos à Qualificação Técnica:**
- 11.19.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 11.19.5. **Disposições gerais sobre habilitação**
- 11.19.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.19.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.19.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.19.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.19.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.19.6. **Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**



- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - f.1. ata de fundação;
 - f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.19.7. Documentos Complementares:

- a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

11.19.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
 - c.1. Designação do consórcio e sua composição;
 - c.2. Finalidade do consórcio;
 - c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;



c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico da Central de Compras.

12.3.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo (prorrogável) estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação de penalidades.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. A(s) Ata(s) de Registros de Preços com os preços registrados e fornecedores serão divulgadas no sítio eletrônico da Central de Compras e no PNCP, disponibilizada(s) durante a vigência da ata de registro de preços.



- 12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.8. Conforme disposto no artigo 29 do Decreto Estadual N° 43.759/2023, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 12.9. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e será definida nos termos do disposto no art. 53 do Decreto Estadual N° 43.759/2023.
- 12.10. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual n° 43.759/2023.
- 13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



- 13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;



- 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.6. fraudar a licitação
- 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1. advertência;
 - 15.2.2. multa;
 - 15.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
 - 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



- 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 15.7. e 15.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 15.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 15.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic08@centraldecompras.pb.gov.br.
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO CONTRATO

- 17.1. Após assinatura da Ata de Registro de Preços e dentro do respectivo prazo de validade, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



- 17.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 17.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 17.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 17.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 17.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 17.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 17.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 17.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 17.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 17.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 17.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- 17.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 17.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.



- 17.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 19.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 19.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 19.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 19.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



- 19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 19.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 19.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 19.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 19.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 19.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Modelo de declaração de vistoria
- 19.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Modelo de declaração de renúncia à vistoria
- 19.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 19.15.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 19.15.4. ANEXO IV - Modelo da proposta de preços
- 19.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco
- 19.15.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME - EPP
- 19.15.7. ANEXO VII - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço
- 19.15.7.1. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital





TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº: 19.000.000064.2024

OBJETO: Contratação de serviço de monitoramento e rastreamento de pessoas, através de dispositivos eletrônicos.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 13/05/2026 - 11:39hs e [SAP137200]
[SENHA] FÁBIO LUIZ DE PAIVA GOMES em 13/05/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 11062507.92939162-4863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11062507.92939162-4863>



SAPDES202609560A



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - RP

PROCESSO Nº 19.000.000064.2024

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviço de monitoramento e rastreamento de pessoas, através de dispositivos eletrônicos, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) e não participante(s) estão definidas em anexo ao presente termo.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada a seguir:
 - 3.1.1. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de pessoas, compreendendo o fornecimento, a operação, a manutenção e a substituição de dispositivos eletrônicos de rastreamento — tornozeleiras eletrônicas e Unidades Portáteis de Rastreamento (UPR) — além da disponibilização de plataforma tecnológica integrada para uso da Central de Monitoramento Eletrônico da SEAP-PB.
 - 3.1.2. A solução deverá ser entregue de forma completa e integrada, assegurando que dispositivos, software e infraestrutura de suporte funcionem de maneira harmoniosa, permitindo rastreamento em tempo real, emissão de alertas, comunicação bidirecional entre monitorados e a Administração Pública, bem como a geração de informações confiáveis para a gestão e acompanhamento das medidas judiciais e protetivas.
 - 3.1.3. O ciclo de vida do objeto abrange as seguintes etapas:
 - 3.1.3.1. Fornecimento inicial dos dispositivos e dos elementos de infraestrutura

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





necessários à sua operação;

- 3.1.3.2. Implantação e configuração do sistema, incluindo treinamento dos servidores responsáveis pelo uso da solução;
- 3.1.3.3. Fornecimento e fixação inicial dos dispositivos nos monitorados, cabendo integralmente à CONTRATADA a responsabilidade pela logística, compreendendo recebimento, armazenamento, transporte, encaminhamento e entrega junto à Central de Monitoramento Eletrônico, bem como a coleta e recolhimento de equipamentos substituídos ou inservíveis;
- 3.1.3.4. Operação assistida e manutenção contínua, contemplando manutenção preventiva e corretiva, com substituição imediata de dispositivos defeituosos ou inservíveis e suporte técnico 24 horas por dia, sete dias por semana;
- 3.1.3.5. Atualizações periódicas de software e firmware, assegurando compatibilidade, evolução tecnológica e conformidade com requisitos legais e de segurança da informação;
- 3.1.3.6. Fiscalização contínua pela Administração, que atuará em todas as fases da execução contratual, por meio de acompanhamento, verificação do cumprimento de níveis de serviço, aplicação de instrumentos de medição de desempenho e registro em relatórios periódicos;
- 3.1.3.7. Desmobilização e encerramento contratual, com recolhimento de todos os equipamentos, descarte ambientalmente adequado dos inservíveis, logística reversa de baterias e componentes eletrônicos, entrega integral dos dados em formato interoperável e suporte à transição de eventual novo fornecedor.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1. No que for aplicável, considerando a natureza do objeto e a necessidade de destinação ambientalmente adequada, a CONTRATADA adotará o procedimento de logística reversa;
 - 4.1.2. Quando necessário, adotar procedimento ambientalmente adequado para o descarte de materiais potencialmente poluidores provenientes dos serviços (sucata), tais como: pilhas, baterias, lâmpadas, circuitos impressos, lubrificantes, etc. que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos ou outros elementos tóxicos, remetendo-os, sem ônus para o CONTRATANTE, para os estabelecimentos que as comercializam, empresas de reciclagem ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00 às 16:00 horas, podendo ser agendado através do e-mail gesipe@seap.pb.gov.br ou do telefone (83)3208-9979.
- 4.7.1. O local onde será realizada a avaliação prévia de execução dos serviços é a Central de Monitoramento Eletrônico, na Avenida Coronel Benevenuto Gonçalves da Costa, S/N - Mangabeira II - João Pessoa - PB - CEP: 58.056-020.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Certificações e laudos de ensaios laboratoriais

- 4.12. A CONTRATADA deverá apresentar, no momento da apresentação da proposta e, sempre que solicitado pela fiscalização:
- 4.12.1. Certificado de Homologação dos dispositivos eletrônicos emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme regulamentação vigente;
- 4.12.2. Selo do INMETRO a fim de comprovar atendimento a requisitos de segurança elétrica e desempenho de baterias recarregáveis, de forma a garantir proteção contra sobreaquecimento, falhas de carregamento e riscos de incêndio ou explosão.
- 4.12.3. Laudos de ensaios emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprovem o atendimento dos dispositivos ofertados às seguintes exigências técnicas:
 - 4.12.3.1. Resistência à água e poeira (IP68-tornozeleira e IP54-UPR) - Comprovando proteção total contra ingresso de poeira e resistência à imersão contínua em água.
 - 4.12.3.2. Resistência mecânica à queda - Demonstrando que o dispositivo resiste a impactos de no mínimo 1,2 metro de altura para tornozeleira e 1,0 metro para o UPR, sem comprometer seu funcionamento.
 - 4.12.3.3. Força de ruptura da cinta da tornozeleira e travamento - Comprovando a resistência da cinta e do sistema de travamento à tração de até 60 kg, conforme ensaios

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





mecânicos compatíveis com normas de segurança e materiais poliméricos aplicáveis.

- 4.12.3.4. Características de segurança dermatológica - Comprovando que os materiais utilizados em contato com a pele são atóxicos, antialérgicos e isentos de substâncias irritantes, conforme normas de toxicologia e segurança dermatológica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: primeiro dia útil subsequente à publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
- 5.1.2. Cronograma de realização dos serviços: Todas as etapas deverão ser concluídas em até 60 (sessenta) dias corridos a partir do início da execução do contrato, prazo máximo para a completa implementação do serviço, inclusive com infraestrutura, software, equipamentos, dispositivos, instalação de dispositivos e treinamento do pessoal em pleno funcionamento;
- 5.1.3. Durante o prazo de implementação previsto no cronograma, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, em quantidade compatível com a demanda, para realizar a instalação dos dispositivos eletrônicos de monitoramento (tornozeleiras) diretamente nos monitorados, conforme programação da SEAP-PB, de forma a garantir a plena operacionalização do sistema dentro do prazo estabelecido de 60 (sessenta) dias;
- 5.1.4. A instalação dos dispositivos poderá ocorrer, conforme necessidade operacional, nos seguintes polos de atendimento:
- CME (Central de Monitoramento Eletrônico – João Pessoa);
 - Campina Grande;
 - Guarabira;
 - Patos;
 - Catolé do Rocha;
 - Sousa;
 - Cajazeiras.
- 5.1.5. A obrigação prevista no item anterior aplica-se especialmente nos casos de transição contratual, em que seja necessária a substituição de todos os dispositivos vinculados à empresa anterior. A CONTRATADA deverá executar essa substituição de forma célere e coordenada com a equipe da SEAP-PB, sem prejuízo à continuidade do serviço, devendo manter registro das instalações realizadas e respeitar os critérios técnicos definidos pela Administração;
- 5.1.6. Será de responsabilidade da contratada toda a gestão de equipamentos e materiais, abrangendo os serviços de conferência, recebimento, transporte, descarga, armazenamento e distribuição nos locais de instalação. Nesse sentido, a contratada deverá realizar a entrega dos dispositivos de monitoramento, no mínimo uma vez por mês, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Guarabira, respeitando a remessa mínima de 10%, conforme estabelecido no item 5.4.3.6.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Central de Monitoramento Eletrônico - Avenida Coronel Benevenuto Gonçalves da Costa, S/N - Mangabeira II - João Pessoa - PB - CEP: 58.056-020, bem como em qualquer outro local dentro da cidade de João Pessoa, tendo, contudo, abrangência de cobertura em todo o Estado da Paraíba.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 horas por dia, 07 dias por semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. CENTRAL DE MONITORAMENTO (CME) DA SEAP-PB

5.4.1.1. Os serviços deverão ser prestados em estrutura própria da SEAP-PB, denominada de CENTRAL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO (CME) DA SEAP-PB, com todo o suporte da empresa CONTRATADA que deverá estar devidamente estruturada para dar o apoio necessário ao monitoramento em regime “24x7”, suporte técnico, orientações e demais atividades que envolvam a utilização do SISTEMA DE MONITORAMENTO;

5.4.1.2. A CENTRAL DE MONITORAMENTO da SEAP-PB deverá ser provida, estruturada e mantida pela CONTRATADA em adequado estado de funcionamento e conservação, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

5.4.1.3. A central deverá conter, no mínimo, 13 (treze) postos de trabalho destinados a operadores de monitoramento, os quais deverão estar devidamente equipados com mobiliário e equipamentos compatíveis com as exigências funcionais do serviço, conforme detalhamento nos itens 5.5.2 e 5.5.3.

5.4.1.4. Os postos de trabalho atenderão às demandas operacionais da SEAP-PB, podendo ser utilizados por servidores do órgão ou, quando autorizado, por representantes da

empresa contratada, exclusivamente para fins de suporte técnico, manutenção corretiva, capacitação ou outras atividades previstas no escopo contratual.

5.4.1.5. A definição interna das atribuições por posto de trabalho (como supervisão, análise, observação ou atendimento técnico eventual) será realizada pela SEAP-PB;

5.4.1.6. A rede lógica da Central de Monitoramento da SEAP-PB deverá integrar todas as estações de trabalho (postos de monitoramento e posto de supervisão) através de uma rede física com fio, com acabamento de rede estruturado, na velocidade 10/100/1000, protegida por Firewall, com acesso à internet;

5.4.1.7. Só será permitido o ingresso nas instalações da CENTRAL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DA SEAP-PB de pessoas previamente autorizadas pela SEAP-PB, excetuando-se os funcionários da CONTRATADA, designados para o serviço, quando necessário.

5.4.2. INFRAESTRUTURA TÉCNICA

5.4.2.1. Os recursos de hardware e software, bem como a disponibilização de servidores (data center), necessários à prestação dos serviços, são de responsabilidade da CONTRATADA;

5.4.2.2. O data center poderá estar localizado em instalações próprias da CONTRATADA, desde que este atenda todos os padrões técnicos e de segurança exigidos, tais como alta disponibilidade, redundância, backup e segurança da informação, garantindo acesso contínuo e ininterrupto ao Centro de Monitoramento.

5.4.3. MONITORAMENTO E DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS

5.4.3.1. A solução proposta não poderá exigir que MONITORADOS/VÍTIMAS possuam linha telefônica (fixa ou móvel) em sua residência (ou fora dela) para seu funcionamento;

5.4.3.2. A qualidade do sinal do sistema de comunicação deve atender todos os acordos firmados entre as operadoras do serviço de telefonia móvel celular, que operam no território nacional;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





5.4.3.3.O conjunto de eventos a serem monitorados deverá conter, no mínimo, os avisos elencados no item 5.6.3.19 deste termo de referência;

5.4.3.4.Deverá ser capaz de gerar remotamente avisos visuais e vibratórios, através do DISPOSITIVO eletrônico de monitoramento afixado nos MONITORADOS;

5.4.3.5.A CONTRATADA deverá, sem custos adicionais à CONTRATANTE, repor todos os dispositivos cuja vida útil da bateria tenha expirado;

5.4.3.6.A CONTRATADA deverá manter disponível, por toda a vigência do presente contrato, com percentuais não inferiores a 10%do total de tornozeleiras em uso, tendo como referência o quantitativo aferido no mês anterior, garantindo o funcionamento adequado da solução;

5.4.3.7.A CONTRATADA deverá realizar, no momento da entrega dos dispositivos, atesto formal de que todos estes se encontram em plenas condições de funcionamento, mediante declaração técnica assinada por seu responsável. Da mesma forma, quando houver devolução de dispositivos pela CME, o representante técnico da empresa deverá emitir laudo técnico ou termo de recebimento, informando se os dispositivos estão defeituosos ou inoperantes, com a devida justificativa técnica;

5.4.3.8.O percentual de manutenção de estoque é de 10% sobre a quantidade de unidades de DISPOSITIVOS (TORNOZELEIRAS e/ou UPR) em funcionamento.

5.4.4. FUNCIONALIDADES E ANÁLISE DE DADOS

5.4.4.1. Através de subsistemas integrados, deve ser possível realizar:

5.4.4.1.1. Gerenciamento e monitoramento dos dispositivos;

5.4.4.1.2. Cadastramento e gestão dos dispositivos;

5.4.4.1.3. Recebimento dos equipamentos e dispositivos pela SEAP-PB e confirmação do pré-cadastramento destes feito pela contratada antes da entrega, de modo que, ao ser ativado, os dispositivos deverão constar como ativados e não mais na cautela da SEAP-PB;

5.4.4.1.4. Registro da localização e controle de dispositivos, ferramentas e materiais em estoque;

5.4.4.1.5. Registro de problemas verificados com os dispositivos, tais como avarias, reparos, substituições, devoluções, extravios, roubo e destruição;

5.4.4.1.6. Configuração remota das condições para monitoramento; análises estatísticas e gerenciais, relatórios e dashboards;

5.4.4.2.O Sistema de Monitoramento deverá dispor de funcionalidade específica para análise de ocorrências, permitindo a consulta retroativa sobre a localização de monitorados e vítimas em períodos definidos. A funcionalidade deverá possibilitar que os administradores da SEAP-PB, a qualquer tempo, requeiram à equipe de supervisão operacional a verificação da presença ou deslocamento de um ou mais MONITORADOS em determinado local e intervalo de tempo, sendo admissível a solicitação por qualquer meio de comunicação oficial previamente autorizado, com registro do atendimento e respectiva resposta. A resposta deverá conter, de forma clara e objetiva, os dados coletados pelo dispositivo de monitoramento, incluindo coordenadas geográficas, horários registrados, e representação visual em mapa de arruamento.

5.4.5. RELATÓRIOS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

5.4.5.1.A solução deverá possibilitar a emissão, no mínimo, dos seguintes relatórios, com

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





possibilidade de visualização, customização, extração e impressão, de acordo com os perfis de acesso definidos pela Administração, conforme item i do tópico 5.6.3.7:

5.4.5.1.1. **Relatórios Operacionais:**

- a. Rastros dos monitorados: registro do trajeto percorrido, com informações de data, hora, localização geográfica e velocidade do deslocamento;
- b. Relatórios de eventos por monitorado: detalhamento de alarmes, violações, perda de sinal, rompimento de lacres, entrada/saída de áreas de exclusão/inclusão, entre outros eventos registrados para cada indivíduo monitorado;
- c. Relatórios de eventos por equipe de análise: consolidação dos eventos tratados por equipe, com registro de data, hora, tipo de ocorrência e ações adotadas;

5.4.5.1.2. **Relatórios de Gestão:**

- a. Possibilidade de geração de relatórios analíticos e gerenciais customizáveis, com filtros por período, tipo de evento, indivíduo, unidade prisional, equipe, entre outros parâmetros definidos pela SEAP-PB;

5.4.5.1.3. **Relatórios Analíticos de Georreferenciamento:**

- a. Consulta, a qualquer tempo, do posicionamento geográfico dos monitorados, com base nas coordenadas coletadas pelos dispositivos;
- b. Emissão de relatórios que indiquem quais dispositivos se encontravam em determinado local, em determinado intervalo de tempo;
- c. Apresentação visual das posições georreferenciadas em mapa de arruamento e logradouro, demonstrando o deslocamento do monitorado e os intervalos de tempo entre os pontos coletados.

5.4.6. **SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO**

5.4.6.1. A CONTRATADA deverá prestar Atendimento Técnico Remoto e Atendimento Técnico Presencial aos chamados abertos pela CONTRATANTE, com disponibilidade nos seguintes termos:

5.4.6.1.1. Atendimento Técnico Remoto: O suporte técnico remoto deverá ser prestado de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e deverá ser iniciado imediatamente após a abertura do chamado.

5.4.6.1.2. Atendimento Técnico Presencial: Quando houver necessidade de realizar a correção de falhas técnicas não solucionadas pelo suporte remoto, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado;

5.4.6.2. O atendimento Técnico Presencial será realizado em dias úteis, das 08:00h às 18:00h.

5.4.6.3. A CONTRATADA deverá fornecer apoio técnico e orientações aos servidores da SEAP- PB quanto:

- 5.4.6.3.1. Ao uso do sistema de monitoramento;
- 5.4.6.3.2. Ao funcionamento dos dispositivos eletrônicos;
- 5.4.6.3.3. À operação da solução completa, sempre que solicitado

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





por meio de canal 0800 ou outro meio definido no contrato.

5.4.7. NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA), CLASSIFICAÇÃO DE SEVERIDADE E PENALIDADES

5.4.7.1. A CONTRATADA deverá resolver os problemas registrados nos chamados nos prazos detalhados na tabela abaixo, contados a partir da data e hora do Atendimento Técnico Presencial:

| SEVERIDADE | PRAZO PARA RESOLUÇÃO |
|------------|----------------------|
| Alta | 4:00h |
| Média | 08:00h a 12:00h |
| Baixa | 24:00h a 48:00h |

5.4.7.1.1. Considera-se “resolução” o retorno à normalidade do serviço afetado, com a devida confirmação da CONTRATANTE.

5.4.7.2. A severidade será definida no momento da abertura do chamado, por servidor designado da CONTRATANTE, com base nos seguintes critérios:

| Sistema/Software de monitoramento | Sala de monitoramento (equipamentos fornecidos pela CONTRATADA) | Disponibilização e manutenção de estoque | Severidade |
|---|---|--|------------|
| Serviço totalmente interrompido | | | Alta |
| Serviço parcialmente interrompido | Serviço totalmente interrompido | | Média |
| Defeito que degrada a qualidade do serviço, sem interrompê-lo | Serviço parcialmente interrompido; - Defeito que degrada a qualidade do serviço, sem interrompê-lo | Serviço parcialmente interrompido | Baixa |

5.4.7.3. Todos os chamados deverão ser registrados pela CONTRATADA e conter:

- 5.4.7.3.1. Número identificador único;
- 5.4.7.3.2. Data e hora da abertura;
- 5.4.7.3.3. Classificação de severidade;
- 5.4.7.3.4. Ações realizadas;
- 5.4.7.3.5. Data e hora da solução;
- 5.4.7.3.6. Nome do técnico responsável;
- 5.4.7.3.7. Confirmação da resolução por servidor da CONTRATANTE.

5.4.7.4. A contagem dos prazos para resolução dos chamados será iniciada de acordo com a modalidade de atendimento, conforme abaixo:

5.4.7.4.1. Para atendimentos remotos, o prazo de resolução será contado a partir da data e hora da abertura do chamado, inclusive quando registrado por telefone, sistema ou outro canal autorizado;

5.4.7.4.2. Para atendimentos presenciais, o prazo de resolução será contado a partir da chegada do técnico da CONTRATADA ao local designado, desde que essa chegada ocorra dentro do tempo máximo de deslocamento estipulado para a localidade (vide item 5.4.6.1.2).

5.4.7.5. O chamado será considerado encerrado somente após a confirmação formal da





CONTRATANTE quanto à efetiva resolução do problema e ao restabelecimento dos serviços impactados.

5.4.7.6. Caso a CONTRATANTE identifique que o problema não foi efetivamente resolvido, poderá solicitar a reabertura do chamado. Nessa hipótese, a contagem do prazo será retomada a partir da abertura original, sem reinício.

5.4.7.7. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, um relatório consolidado dos chamados atendidos, contendo todas as informações exigidas, a ser entregue junto à Nota Fiscal para fins de conferência e aceite.

5.4.7.8. No caso de não cumprimento dos níveis de serviços aqui estabelecidos, serão aplicadas multas e consequente glosas nas seguintes condições:

5.4.7.8.1. De 5% (cinco) por cento sobre o valor da fatura, tendo como base o mês anterior a ocorrência que gerou a glosa, para cada descumprimento do prazo de resolução, conforme descrito neste Termo, limitado a 100% (cem) por cento do valor da fatura; e ainda:

5.4.7.8.2. De 1% (um) por cento, sobre o valor da fatura, a cada 04 (quatro) horas de atraso na solução de problemas, para chamado de classificação severidade ALTA, até o limite de 100% (cem) por cento do valor mensal, tendo como base o mês anterior a ocorrência;

5.4.7.8.3. De 0,5% (meio) por cento, sobre o valor da fatura, a cada 08 (oito) horas de atraso na solução de problemas, para chamado de classificação severidade MÉDIA, até o limite de 100% (cem) por cento do valor mensal, tendo como base o mês anterior a ocorrência;

5.4.7.9. De 0,25% (zero vírgula vinte e cinco) por cento, sobre o valor da fatura, a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso na solução de problemas, para chamado de classificação severidade BAIXA, até o limite de 100% (cem) por cento do valor mensal, tendo como base o mês anterior a ocorrência.

5.4.7.10. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

5.4.8. TREINAMENTO

5.4.8.1. A CONTRATADA deverá realizar treinamento inicial presencial para 60 (sessenta) servidores da SEAP-PB, com foco na capacitação plena para a operação da solução de monitoramento eletrônico, abrangendo:

5.4.8.1.1. O uso, manuseio, funcionalidades e instalação dos dispositivos eletrônicos de monitoramento (tornazeleiras);

5.4.8.1.2. A operação do sistema, incluindo análise de dados, geração de relatórios, gestão de alertas, interpretação e tratamento dos eventos de monitoramento.

5.4.8.2. A carga horária do treinamento deverá ser construída de forma compatível com a complexidade da solução contratada, visando garantir a plena capacidade dos participantes para operar o sistema e desempenhar as atividades relacionadas ao monitoramento eletrônico de forma autônoma e eficiente. Ao final, deverá ser fornecido certificado de conclusão individualizado para cada participante aprovado.

5.4.8.3. Além do treinamento inicial, a CONTRATADA deverá realizar capacitações de atualização, de forma semestral ou anual, conforme a necessidade identificada pela SEAP-PB. Essas capacitações poderão ocorrer em ambiente virtual, desde que síncrono (ao vivo), mantendo o

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





padrão técnico e didático do treinamento presencial.

5.4.9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTINGÊNCIA

- 5.4.9.1. Todas as informações geradas e pertinentes à prestação dos serviços — incluindo bases de dados, comunicações de texto, gravações, notas e quaisquer outros registros — são de propriedade do Governo do Estado da Paraíba, por meio da SEAP-PB;
- 5.4.9.2. Ao final do contrato, a CONTRATADA deverá entregar todos esses dados devidamente criptografados e protegidos por senha, sendo as senhas também fornecidas à SEAP-PB, que poderá alterá-las a qualquer momento;
- 5.4.9.3. A CONTRATADA deverá garantir conformidade com a LGPD, incluindo criptografia ponta a ponta, autenticação multifator e logs invioláveis;
- 5.4.9.4. As informações deverão ser entregues em formato não proprietário (ou seja, compatível com padrões de mercado), de modo que possam ser facilmente migradas para outras bases de dados, mediante backup digital;
- 5.4.9.5. A tramitação de documentos entre as instalações da SEAP-PB e da CONTRATADA deverá ser rigorosamente controlada e sigilosa, em razão da confidencialidade necessária ao fiel cumprimento da execução processual/penal;
- 5.4.9.6. A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Contingência, contendo o conjunto de medidas a serem adotadas em situações de falha, indisponibilidade ou eventos com alto potencial de impacto para a continuidade e a segurança dos serviços de monitoramento eletrônico, que deverá incluir, no mínimo:

5.4.9.6.1. A descrição detalhada das ações corretivas e mitigadoras previstas;

5.4.9.6.2. A identificação da equipe responsável pela execução das ações emergenciais;

5.4.9.6.3. A relação dos recursos necessários, como equipamentos, sistemas, instalações e serviços envolvidos;

5.4.9.6.4. Os tempos estimados para resposta e restabelecimento das operações;

5.4.9.6.5. Os procedimentos de comunicação com a SEAP-PB durante a ocorrência e resolução do incidente;

5.4.9.7. O Plano de Contingência deverá ser submetido à validação da SEAP-PB antes do início da operação contratual, podendo ser atualizado sempre que necessário, mediante aprovação prévia do órgão contratante.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.5.1. 8.094 dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, cuja composição estimada corresponde, como referência inicial, a aproximadamente 7.094 tornozeleiras eletrônicas e 1.000 Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR. Considerando a natureza dinâmica da demanda, admite-se variação de até ±20% por tipologia, mantido o quantitativo global, exclusivamente para fins de ajuste operacional, sem prejuízo da previsibilidade econômica da proposta.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



SAPDES202609560A



5.5.1.1. TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS que devem ser fornecidas em kits individuais contendo, no mínimo uma fonte de alimentação (carregador), um manual de instruções e embalagem adequada (caixa ou invólucro) para acondicionamento do conjunto, observando os padrões estabelecidos nas certificações de qualidade e tecnologia pela Anatel;

5.5.1.2. UNIDADES PORTÁTEIS DE RASTREAMENTO – UPR, destinadas à proteção preventiva de vítimas de violência doméstica ou pessoas sob medida protetiva, devendo ser fornecidas em kits individuais contendo, no mínimo: uma fonte de alimentação (carregador), manual de instruções e embalagem adequada (caixa ou invólucro) para acondicionamento do conjunto, observando os padrões estabelecidos nas certificações de qualidade e tecnologia pela Anatel;

5.5.1.3. Para fins de clareza operacional, considerando a composição estimada inicial de 7.094 tornozeleiras eletrônicas e 1.000 Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, a margem de variação de até $\pm 20\%$ por tipologia corresponde, em valores aproximados, às seguintes faixas:

- a) Tornozeleiras eletrônicas: mínimo de 6.894 e máximo de 7.294 unidades;
- b) UPR: mínimo de 800 e máximo de 1.200 unidades;

5.5.1.3.1. Os quantitativos são variáveis de forma compensatória, de modo que o total global permaneça fixado em 8.094 dispositivos. Ou seja, aplicação dessa margem observará sempre o limite total contratado, destinando-se exclusivamente a ajustes operacionais decorrentes da dinâmica da demanda, sem alteração do preço unitário pactuado.

5.5.2. 13 (treze) postos de trabalho compostos de mobiliário adequado para cada operador com, no mínimo 01 (uma) cadeira giratória com suporte para braços com capacidade de peso de no mínimo 100 kg, com regulagem de inclinação, trava de encosto e ajuste lombar, 1 (uma) mesa para computador, com no mínimo 2 (duas) gavetas, que tenha tamanho e espaços suficientes para a acomodação de materiais de escritório e que propicie também a realização de anotações, que contenham passa-cabos embutido para organização dos fios, pés niveladores ou rodízios para facilitar o deslocamento;

5.5.3. 6 aparelhos celulares com linhas telefônicas que efetuem ligações de forma ilimitada, 100 Gigabytes de pacote de dados, bem como possibilite o recebimento de ligações a cobrar, com no mínimo um processador octa-core básico, memória RAM de no mínimo 6 GB, armazenamento de pelo menos 128 GB interno, tela de 6.1 ou superior com resolução HD+ ou Full HD, bateria de no mínimo 5.000 mAh, câmera traseira de 12 MP e frontal de 8 MP;

5.5.4. 13 (treze) computadores tipo desktop com processador que deve pertencer à última geração ou no máximo uma geração anterior à última disponibilizada pelo fabricante, com mínimo: 64 bits; mínimo 6 núcleos e frequência mínima de 4.0GHz; tipos: Intel ou AMD; Cache mínimo: 8MB (é obrigatório declarar na proposta a marca e o modelo do processador ofertado); com no mínimo 8GB de memória RAM tipo DDR-4 2.400 MT/s ou superior com capacidade de expansão mínima de 16 (dezesesseis) GB; SSD de pelo menos 480 GB; placa de rede 10/100/1000Mbps; placa de som; placa de wi-fi; placa de vídeo com no mínimo 2GB de memória RAM dedicada e com suporte para 2 (dois) monitores; kit multimídia composto por caixa de som; teclado que suporte o padrão ABNT2; mouse com fio; com o Windows 10 Professional 64 bits ou superior; possuir indicadores (LED, display Bips) para facilitar a identificação do componente que esteja com problema; placa mãe com pelo menos 2 (dois) Slots DIMM DDR-42400 ou superior, com 4 (quatro) portas USB, sendo, pelo menos, 2 (duas) portas





USB 3.0, alto falante integrado ao gabinete, com fonte de alimentação interna compatível com as configurações mínimas;

5.5.4.1. Cada computador deverá operar simultaneamente com 02 (dois) monitores com tela 100% plana, tipo LED tratamento antirreflexo e tecnologia de retro iluminação LED ou superior, com no mínimo 21 polegadas cada monitor com resolução de, no mínimo, 1920x1080 a 60HZ. Controle digital de brilho e contraste, tela com regulagem de altura (mínimo de 10cm, deve ter a capacidade de ajuste de altura em suporte regulável, ajuste de inclinação, ajuste de rotação, ajuste de eixo giratório, com voltagem de 110/220v.

5.5.5. 08 (oito) notebooks, com no mínimo processador Intel Core i7 (10ª geração ou superior) ou AMD Ryzen 5, memória RAM de 16 GB, SSD de 512 GB ou superior, placa gráfica (GPU) integrada (Intel UHD ou AMD Radeon Vega), tela de 14" ou superior, resolução Full HD (1920 x 1080), sistema operacional Windows 11 Pro, conectividade Wi-Fi 5 ou 6, portas USB 3.0, HDMI, bateria com autonomia mínima de 6 horas, teclado confortável, preferencialmente com teclado numérico;

5.5.6. Paineis de exibição composto por 6 (seis) monitores LED de 60 polegadas integrados em estrutura de vídeo-wall, com todos os suportes, estruturas de fixação, cabos, acessórios e serviços de instalação inclusos, de forma a garantir o perfeito funcionamento do conjunto como uma única superfície visual contínua;

5.5.7. 04 (quatro) impressoras multifuncionais, laser, colorida para uso exclusivo do CENTRO DE MONITORAMENTO, com fornecimento de papel e toner, com limite de 15.000 impressões/mês cada;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE MONITORAMENTO, INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

5.6.1.1. 8.094 dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, cuja composição estimada corresponde, como referência inicial, a aproximadamente 7.094 tornozeleiras eletrônicas e 1.000 Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR. Considerando a natureza dinâmica da demanda, admite-se variação de até ±20% por tipologia, mantido o quantitativo global, exclusivamente para fins de ajuste operacional, sem prejuízo da previsibilidade econômica da proposta. Todos os dispositivos devem ser entregues novos, de primeiro uso, conforme as quantidades solicitadas pela SEAP-PB;

5.6.1.2. As TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS e as UNIDADES PORTÁTEIS DE RASTREAMENTO deverão ser vinculadas a softwares específicos de gestão de monitoramento eletrônico. Todos os recursos de monitoramento devem ser disponibilizados em dispositivo peça única, com bateria integrada e recarregável, sem antena externa; fixado com cinta/travas/lacres ou outro componente de segurança similar, em tamanhos ajustáveis (no momento da instalação) e que impeçam sua retirada (após a instalação). Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso.

5.6.1.3. A TORNOZELEIRA deve possuir recursos mínimos para dificultar sua remoção, ou seja, apresentar robustez que dificulte atos de violação dolosa ou acidental;

5.6.1.4. A TORNOZELEIRA deverá registrar rastros (determinação da localização do monitorado) via GPS, GSM, GPRS e LTE em intervalo máximo de 01 (um) minuto ininterruptamente, podendo ter este tempo reduzido para até 15 (quinze) segundos, caso requerido pela CONTRATANTE, em funcionalidade disponível no sistema por pelo menos 03 (três) horas e ainda uma

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





capacidade de armazenamento de no mínimo 100.000 (cem mil) pontos;

- 5.6.1.5. A TORNOZELEIRA deverá ser compatível com múltiplas tecnologias de conectividade móvel, incluindo 4G ou superior e, subsidiariamente, 3G, e/ou 2G, a fim de assegurar a continuidade da transmissão de dados em tempo real, além de estabilidade e velocidade adequadas, independentemente da localização geográfica do monitorado, das condições de sinal ou da infraestrutura disponível na região;
- 5.6.1.6. O dispositivo deverá selecionar automaticamente a tecnologia mais adequada e disponível no local, com base na qualidade do sinal, garantindo redundância operacional e mitigando riscos de falha na comunicação;
- 5.6.1.7. A solução também deverá permitir a utilização da operadora de telefonia celular que ofereça melhor cobertura na área de cada monitoramento;
- 5.6.1.8. O DISPOSITIVO deve suportar o uso de pelo menos 2 (duas) operadoras de telefonia celular distintas, seja pelo uso de 2 (dois) chips de operadoras distintas ou pelo uso de 1 (um) chip multioperadoras (com duas ou mais operadoras de telefonia móvel habilitadas simultaneamente), desde que a tecnologia seja homologada pela ANATEL, ou, ainda, através de contrato de roaming entre operadoras legalmente autorizado, para que na falta de uma operadora, a outra assuma a comunicação de forma automática, imediata e transparente tanto para o OPERADOR como para o MONITORADO, com os custos adicionais por conta da CONTRATADA;
- 5.6.1.9. Nos casos em que houver perda de sinal GNSS em intervalos superiores a 10 (dez) minutos, as TORNOZELEIRAS devem operar em modo de localização alternativo (LBS- Location Based Services) ou equivalentes, capaz de prover a localização indoor, podendo usar a técnica de localização baseada na rede ou baseada no DISPOSITIVO ou combinação das técnicas como: recurso de distanciamento de ERBs (Estações Rádio Base) com a técnica Time Difference Of Arrival (TDOA), triangulação de ERBs, Cell of Origin (COO), Diferencial GPS, E-OTD (Enhanced Observed Difference), entre outras que não dependam de aquisição de antenas e hardwares extras, por parte da CONTRATANTE;
- 5.6.1.10. O DISPOSITIVO deverá possuir memória interna suficiente para o armazenamento de, no mínimo, 100.000 (cem mil) pontos de monitoramento, em regime de operação padrão de até 2 (duas) coletas de posição por minuto, com armazenamento de dados por período compatível com até 30 (trinta) dias de uso contínuo sem perda de informações, garantindo, assim, a integridade do registro histórico mesmo em situações de ausência prolongada de comunicação com a rede de telefonia celular;
- 5.6.1.11. A TORNOZELEIRA deverá ser capaz de emitir alertas vibratórios ou visuais (led multicolor ou múltiplos leds de cores diferentes), provocados por um único comando remoto gerado manualmente, ou de forma automática, a critério da CONTRATANTE, através do SOFTWARE da Solução;
- 5.6.1.12. A TORNOZELEIRA, incluindo bateria, travas e sua cinta, deverá ter peso inferior à 250g (trezentos gramas) e dimensões reduzidas. Para garantir a inviolabilidade, os lacres e travas devem possuir identificação única, podendo ser número de série ou equivalente, permitindo a detecção imediata de qualquer violação, rompimento ou tentativa de substituição. A tornozeleira deve vir em formato ergonômico, que garanta conforto e realização de atividades cotidianas. Com dimensões adequadas garantindo a dignidade da pessoa, integridade física, proteção a riscos elétricos, hipoalergênico, atóxica e que não ofereça riscos à saúde, à prova d'água; que não cause danos aos seus usuários ou desconforto que impeça realizar suas atividades;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 5.6.1.13. A TORNOZELEIRA, incluindo sua cinta, deverá possuir sistema de fechamento por travas ou outro mecanismo seguro que garanta o travamento adequado do dispositivo, devendo suportar uma força mínima de tração de 60 kg;
- 5.6.1.14. A CINTA que afixa a TORNOZELEIRA à perna do MONITORADO deverá ser de tamanho ajustável, ergonômica e composta por material resistente a distensões. Deverá conter mecanismos, sensores ou características físicas que impeçam a sua remoção sem rompimento, garantindo que qualquer tentativa de retirada indevida seja imediatamente detectada pelo sistema de monitoramento;
- 5.6.1.15. O DISPOSITIVO deverá apresentar certificação IP68, garantindo proteção contra ingresso de poeira e imersão contínua em água;
- 5.6.1.16. A TORNOZELEIRA deverá suportar quedas de, no mínimo, 1,2m (um metro e vinte centímetros) de altura, em queda livre, sem apresentar falhas de funcionamento ou comprometimento estrutural;
- 5.6.1.17. O sistema de fixação do DISPOSITIVO deverá incorporar solução tecnológica capaz de detectar, com precisão, qualquer tentativa de violação, remoção, manipulação ou rompimento da cinta, gerando de forma imediata alerta ao SOFTWARE DE MONITORAMENTO. A tecnologia utilizada deverá garantir a impossibilidade de retirada do dispositivo sem a devida notificação automática ao sistema;
- 5.6.1.18. Como medida de segurança mínima, o mecanismo de detecção de violação do dispositivo deverá utilizar tecnologia eficaz, estável e antifraude. A CONTRATADA poderá empregar qualquer solução tecnológica — óptica, eletrônica, digital, magnética ou equivalente — que assegure, de forma inequívoca, a geração de alarme em caso de tentativa de retirada ou rompimento. Não será admitido o uso de tecnologias que apresentem falhas recorrentes, suscetibilidade a interferência ou baixa confiabilidade na detecção;
- 5.6.1.19. A instalação e ativação da TORNOZELEIRA no MONITORADO não poderá demandar mais que 15 (quinze) minutos;
- 5.6.1.20. A peça da TORNOZELEIRA afixada ao corpo do MONITORADO deverá possuir mecanismo que permita o seu ajuste de tamanho, de modo a não deixar a parte fixa do DISPOSITIVO com folga excessiva, evitando assim a sua retirada;
- 5.6.1.21. A autonomia da bateria da TORNOZELEIRA deverá ser superior a 24 horas com o dispositivo gerando e enviando rastros (determinação da localização do dispositivo via GPS, GSM e GPRS) em intervalos conforme especificados no Termo de Referência — requerendo ao MONITORADO efetuar apenas uma recarga diária;
- 5.6.1.22. O tempo necessário para recarga total da bateria deverá ser inferior a 03 (três) horas;
- 5.6.1.23. A recarga da bateria poderá ser efetuada enquanto o MONITORADO estiver repousando e sem que a TORNOZELEIRA perca a capacidade de gerar e enviar rastros;
- 5.6.1.24. A TORNOZELEIRA deverá prover sinalização visual durante seu funcionamento indicando que a bateria está atingindo seu nível crítico, início de carga, carga total e funcionamento regular ou irregular;
- 5.6.1.25. A TORNOZELEIRA deve indicar automaticamente a necessidade de recarga da bateria (carga baixa) por intermédio da emissão de alerta vibratório e luminoso quando o percentual de carga atingir 20% (trinta por cento) da sua carga total, devendo replicar o alerta por no mínimo outras 3 (três) vezes antes de a bateria descarregar totalmente,

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





devendo permitir também que a Central de Monitoramento Eletrônico emita alertas complementares ao monitorado;

- 5.6.1.26. A TORNOZELEIRA deverá ser protegida contra clonagem, fraudes e desconfiguração pelo usuário MONITORADO. Além de detectar o rompimento do mecanismo de segurança ou qualquer de suas peças, bem como deverá detectar umidade interna;
- 5.6.1.27. AS TORNOZELEIRAS devem ser capazes de identificar ocorrência de danos ou violação do dispositivo e alertar a Central de Monitoramento Eletrônico;
- 5.6.1.28. AS TORNOZELEIRAS devem possuir número de série que vincule o dispositivo ao respectivo usuário;
- 5.6.1.29. Não podem ter funcionalidades afetadas por campos magnéticos ou elétricos (padrão de interferência tolerada de acordo com as exigências e normas da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL);
- 5.6.1.30. Devem registrar todas as ativações e desativações pelo Sistema de Monitoramento, sendo capaz de armazenar e discriminar objetiva e claramente os testes de verificação das funcionalidades básicas realizadas, incluindo, no mínimo, data, horário no formato hh:mm:ss, local e o responsável por essas ações, durante toda a vigência do contrato, para cada DISPOSITIVO, bem como o envio automático dessa intervenção para a Central De Monitoramento Eletrônico em tempo real;
- 5.6.1.31. Nos casos em que a TORNOZELEIRA estiver desligada no momento da violação, prevista no item anterior, deverá o SISTEMA DE MONITORAMENTO, detectar essa violação, assim que a TORNOZELEIRA for conectada na energia;
- 5.6.1.32. Os dispositivos deverão ser devolvidos à CONTRATADA ao final do contrato, nas mesmas condições em que foram entregues, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular e contínuo, sendo devido o ressarcimento à CONTRATADA pela perda ou extravio de dispositivos que ocorrerá exclusivamente nos seguintes casos:
- 5.6.1.32.1. Quando ficar caracterizado, mediante relatório técnico validado pela SEAP-PB, que o extravio ou inutilização decorreu de uso indevido ou dano causado dolosamente pelo monitorado ou por falha imputável à Administração;
- 5.6.1.32.2. Quando houver indicação expressa de extravio ou inutilização do dispositivo, devidamente registrada e fundamentada por servidor da SEAP-PB responsável pelo monitoramento.
- 5.6.1.33. A CONTRATADA deverá repor, sem ônus para a CONTRATANTE, os dispositivos (tornozeleiras) extraviados ou com dano externo visível, até o limite de 2% (dois por cento) do quantitativo total contratado.
- 5.6.1.33.1. Caso o número de dispositivos extraviados ou danificados ultrapasse o limite de 2% (dois por cento), mensalmente, a CONTRATADA deverá realizar a reposição mediante ressarcimento por parte da CONTRATANTE, limitado ao valor de até 2 (duas) locações mensais por unidade, desde que haja validação técnica prévia pela SEAP-PB.
- 5.6.1.34. O pagamento dependerá de prévia análise da SEAP-PB quanto à inexistência de culpa da contratada. Caberá à SEAP-PB elaborar relatório mensal com a indicação dos dispositivos extraviados, devidamente instruído com as informações que fundamentem a

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





avaliação, o qual servirá como base para eventual solicitação de ressarcimento;

- 5.6.1.35. Situações decorrentes de eventos como fuga ou evasão do monitorado, resistências à abordagem, intervenções de terceiros ou circunstâncias alheias ao controle direto da Administração, poderão ser analisadas caso a caso, de modo fundamentado, não sendo automaticamente geradoras de ressarcimento, sem a devida apuração das responsabilidades envolvidas.

5.6.2. DO DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO À VÍTIMA: UNIDADE PORTÁTIL DE RASTREAMENTO – UPR

- 5.6.2.1. O dispositivo eletrônico de proteção à vítima, denominado UNIDADE PORTÁTIL DE RASTREAMENTO – UPR, é um equipamento portátil, não afixado ao corpo, destinado à proteção preventiva de vítimas de violência doméstica ou pessoas sob medida protetiva, permitindo o monitoramento dinâmico, comunicação emergencial e a definição de áreas de exclusão e inclusão com relação ao agressor;

- 5.6.2.2. A UPR deve disponibilizar todos os recursos de monitoramento em peça única e com bateria integrada e recarregável;

- 5.6.2.3. Para o monitoramento de violência doméstica, o sistema deverá possibilitar:

- 5.6.2.3.1. Configuração de áreas de exclusão e inclusão através da definição de zonas específicas para restringir ou permitir a aproximação entre o agressor e a vítima, de acordo com determinação judicial;

- 5.6.2.3.2. Criação de áreas de alerta de proximidade que permitam o estabelecimento de zonas de alerta próximas às áreas de exclusão, a fim de antecipar o risco de violação;

- 5.6.2.3.3. Detecção automática de aproximação indevida capaz de identificar, em tempo integral, qualquer aproximação indevida de um ou mais monitorados à pessoa que porta o dispositivo eletrônico de proteção preventiva, gerando alertas imediatos para a central de monitoramento.

- 5.6.2.4. O dispositivo deverá:

- 5.6.2.4.1. Enviar informações de localização e eventos relevantes à Central de Monitoramento por meio de comunicação móvel segura;

- 5.6.2.4.2. Operar utilizando, no mínimo, duas operadoras de telefonia móvel distintas, com capacidade de alternância automática entre as operadoras para garantir continuidade do sinal;

- 5.6.2.4.3. Utilizar tecnologia de comunicação 4G ou superior e, subsidiariamente, 3G e/ou 2G, assegurando a continuidade da transmissão de dados em tempo real, além de estabilidade e velocidade adequadas;

- 5.6.2.4.4. Gerar registros de localização (via GPS, GSM e GPRS) em intervalos programáveis, com padrão máximo de 1 (um) minuto e possibilidade de redução para até 15 (quinze) segundos, quando solicitado pela CONTRATANTE.

- 5.6.2.4.5. Utilizar chips de telefonia móvel fornecidos pela contratada, sendo esta integralmente responsável pela contratação do plano de dados M2M (Machine to Machine), sua manutenção, custos e substituições necessárias durante a vigência do contrato.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 13/05/2026 - 11:39hs e [SAP137200]
[SENHA] FÁBIO LUIZ DE PAIVA GOMES em 13/05/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 11062507.92939162-4863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11062507.92939162-4863>



SAPDES202609560A



5.6.2.5. O dispositivo deverá possuir os seguintes recursos:

5.6.2.5.1. Indicação visual de bateria sinalização clara para os estados de bateria crítica, início de carga e carga total, por meio de LEDs multicores ou tecnologia equivalente;

5.6.2.5.2. Acionamento de emergência com botão ou função dedicada que, quando acionado pela vítima, envie alerta imediato e gere ocorrência prioritária junto à Central de Monitoramento Eletrônico;

5.6.2.5.3. Alertas visuais e/ou vibratórios sempre que houver aproximação indevida do agressor ou violação de zona de exclusão previamente configurada, garantindo notificação em tempo real à vítima e à central.

5.6.2.6. UPR deve possibilitar o monitoramento dinâmico baseado no deslocamento da vítima em relação ao agressor, emitindo alertas sonoros e vibratórios em ambos os dispositivos caso o perímetro de segurança seja violado ou zonas de exclusão sejam acessadas. Complementarmente, a plataforma deve viabilizar a comunicação plena com a central de monitoramento, garantindo o envio de evidências críticas por meio de fluxos de áudio, fotos, vídeos e mensagens instantâneas.

5.6.2.7. O dispositivo deverá permitir o recebimento de novos softwares ou atualizações sem necessidade de conexões físicas ou deslocamento à Central;

5.6.2.8. A UPR utilizada pela vítima deverá receber ou gerar os alertas visuais (LED multicolor) e/ou vibratórios de aproximação do agressor automaticamente sem a intervenção manual do OPERADOR DO SISTEMA DE MONITORAMENTO da CME, para assegurar a reação rápida, adicionalmente, o dispositivo deve permitir a discagem rápida para uma rede de contatos prioritários e forças de segurança previamente configuradas.

5.6.2.9. A UPR servirá como meio de comunicação entre a Central de Monitoramento Eletrônico e a VÍTIMA, por meio do acionamento do botão do pânico;

5.6.2.10. A UPR deve alertar seu portador através de alertas vibratórios e visuais, quando houver a aproximação indevida de um monitorado submetido à medida cautelar que o impeça de se aproximar da vítima, bem como gerar alerta no software de monitoramento quando houver aproximação indevida;

5.6.2.11. A UPR deverá ser capaz de emitir alertas visuais (Led Multicolor) ou vibratórios, provocados por um comando remoto gerado pela CME. Essa funcionalidade tem o objetivo de, em casos de violação por parte do AGRESSOR, enviar alertas com a intenção de avisá-lo discretamente;

5.6.2.12. A UPR deverá ser capaz de identificar sinais de dano à sua integridade ou qualquer forma de manuseio indevido;

5.6.2.13. A UPR, incluindo bateria, deverá ter peso inferior a 200g (duzentos gramas) e dimensões compactas, que permitam transporte discreto e ergonômico, sem comprometer as atividades cotidianas da pessoa sob proteção. O dispositivo deve apresentar:

5.6.2.13.1. Formato adequado ao manuseio, podendo ser transportado em bolso, bolsa ou fixado com suporte apropriado;

5.6.2.13.2. Materiais hipoalergênicos, atóxicos e que não ofereçam riscos à saúde;

5.6.2.13.3. Proteção contra riscos elétricos e resistência mínima à água (IP54

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





ou superior);

5.6.2.13.4. Design que não cause desconforto ou constrangimento, respeitando a dignidade da pessoa protegida;

5.6.2.13.5. Autonomia compatível com o uso diário e recarga facilitada.

5.6.2.14. A UPR deverá suportar quedas de, no mínimo 1,0 m (um metro) de altura, sem apresentar falhas de funcionamento ou comprometimento estrutural;

5.6.2.15. As funcionalidades não poderão ser afetadas por campos magnéticos ou elétricos (padrão de interferência tolerada de acordo com as exigências e normas da ANATEL);

5.6.2.16. A UPR deve enviar automaticamente alertas de descarga iminente e descarga completa à Central de Monitoramento e também à própria vítima. Deve enviar ainda mensagem SMS, ao número de telefone da vítima previamente cadastrado;

5.6.2.17. O equipamento deve ser entregue com fonte de alimentação (carregador), manual e bolsa para armazenamento dos itens;

5.6.2.18. O carregador da bateria deverá operar nas tensões de 100-240 VCA, com chaveamento automático, eliminando a necessidade de transformadores de tensão;

5.6.2.19. O tempo necessário para recarga total da bateria deverá ser de no máximo 03 (três) horas;

5.6.2.20. Durante o período de recarga da bateria a UPR não deverá perder nenhuma de suas funcionalidades;

5.6.2.21. A autonomia da bateria recarregável do UPR deve possuir duração de bateria por tempo razoável, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas;

5.6.2.22. A vida útil da bateria da UPR deverá ser de, pelo menos, 01 (um) ano. Quando depreciada a capacidade de manter a carga em qualquer tempo, a bateria ou o dispositivo deverá ser trocado(a), mediante acompanhamento, controle e sinalização pela CONTRATADA, sem nenhum custo para a CONTRATANTE.

5.6.2.23. É de responsabilidade da contratada o provimento e a manutenção dos planos de dados necessários ao pleno funcionamento das UPRs.

5.6.3. DO SOFTWARE DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO

5.6.3.1. O SOFTWARE DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO deverá ser desenvolvido em arquitetura web, totalmente em língua portuguesa, garantindo acesso pleno e funcional por meio dos principais navegadores do mercado, tais como Mozilla Firefox, Microsoft Edge, Safari, Opera, Google Chrome, ou equivalentes, assegurando sua compatibilidade com as versões atualizadas desses navegadores. Não será admitida a exigência de instalação de plug-ins, extensões, softwares complementares ou quaisquer dependências adicionais nos terminais de acesso da Administração, devendo o sistema operar integralmente em ambiente web, com interface responsiva e segura;

5.6.3.2. O software deverá contemplar o gerenciamento simultâneo de dispositivos de monitoramento (tornozelas eletrônicas) e de proteção à vítima (UPR);

5.6.3.3. O software deverá estar disponível para acesso de forma segura, usando protocolo HTTPS e autenticação por usuário e senha, via internet, acessível por navegadores de uso gratuito;

5.6.3.4. O software deverá suportar acesso de 300 (trezentos) usuários simultâneos, e até

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



SAPDES202609560A



2.000 (dois mil) usuários cadastrados, para acesso ao SOFTWARE DE MONITORAMENTO, sendo de responsabilidade da CONTRATADA ampliação da infraestrutura necessária para suportar a demanda;

5.6.3.5. A contratada deverá oferecer o software de monitoramento eletrônico em versão simplificada tipo navegação web mobile e via app mobile compatíveis com Android e iOS, contendo no mínimo as funções a seguir:

- a) Consulta ao perfil do monitorando, com acesso aos dados pessoais, endereço, telefone, características físicas, fotos, dados de monitoramento e registros.
- b) Localização em tempo real com, no mínimo, as características a seguir:
 - i. Atualização automática com demonstração imediata das coordenadas GPS da última localização;
 - ii. Link direto para as coordenadas GPS sejam abertas em aplicativo Google Maps ou similar;
 - iii. Opção de referência da localização do monitorado em relação às zonas a ele vinculadas;
- c) Rastreamento por período com, no mínimo, as características descritas nos subitens ii e iii.

5.6.3.6. SOFTWARE de MONITORAMENTO, disporá de pelo menos, as seguintes funcionalidades:

- a) Criação e edição de cadastro do MONITORADO/VÍTIMA, com fotos, dados pessoais, processuais (incluindo artigos dos crimes cometidos) e de monitoramento, campos para registro de eventos ou informações adicionais, inclusive anexo de arquivos em PDF;
- b) Visualização de mapas atualizados, inclusive com imagens de satélite e street view;
- c) Localização atual e rastros pretéritos de monitorados;
- d) Disponibilização de informações no mapa a partir de endereços e/ ou coordenadas geográficas fornecidas pela CONTRATANTE;
- e) Emissão de relatórios, com filtros de pesquisa e ordenação padronizados para visualização nos formatos .xls, .pdf, .doc.

5.6.3.7. SOFTWARE DE MONITORAMENTO deverá emitir no mínimo os seguintes relatórios:

- a) Cadastro completo dos MONITORADOS/VÍTIMAS;
- b) Comando remotos e mensagens enviadas;
- c) Rastros por MONITORADO/VÍTIMA;
- d) Mapa com os rastros dos MONITORADOS, registrados no SISTEMA DE MONITORAMENTO;
- e) Visualização das zonas ligadas aos MONITORADOS/VÍTIMAS;
- f) Indicação da distância percorrida com respectivo intervalo de tempo quando da ocorrência de violações;
- g) Relatórios de eventos por MONITORADOS (Alarmes, violações e eventos) e VÍTIMAS;
- h) Os servidores da CENTRAL DE MONITORAMENTO deverão, através do software, verificar a localização e o status de cada MONITORADO/VÍTIMA em tempo real, podendo visualizar o mapa disponibilizado e a localização de cada um no momento da pesquisa/busca;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





i) O software deve disponibilizar, ainda, a criação de outros relatórios que se mostrem necessários durante toda vigência do contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a executar em um prazo máximo de 90

dias a contar da solicitação formal da SEAP-PB;

j) Os SERVIDORES da CME/OPERADORES DO SISTEMA deverão, através do SOFTWARE DE MONITORAMENTO, registrar suas ações com relação a cada evento específico – esses registros deverão permanecer no software, podendo ser resgatados através de ferramenta de busca para auditoria. Essas ações são as atitudes tomadas pelo SERVIDORES da SEAP-PB e/ou os FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA com relação a eventos ocorridos. Como exemplo de atitudes podemos citar: informações de ofícios expedidos, solicitações de recaptura, advertências escritas ou verbais, justificativas dos MONITORADOS, etc. Através deste registro, as ações tomadas com relação a cada evento ficarão registradas e acessíveis à análise e auditoria por parte da CME;

k) Relatórios específicos da UPR, incluindo histórico de acionamentos, alertas de proximidade e eventos de falha ou descarregamento.

5.6.3.8. Os filtros de pesquisa e ordenação dos relatórios devem ser totalmente configuráveis a partir de informações do cadastro;

5.6.3.9. O sistema deve ser composto por softwares de monitoramento eletrônico, para processamento, armazenamento e gerenciamento de informações com servidores e software dedicados embarcados nos DISPOSITIVOS;

5.6.3.10. O sistema deverá ser capaz de diagnosticar por intermédio de logs do DISPOSITIVO (hardware), disponibilizados em tempo real no software de monitoramento o estado dos dispositivos, logo em seguida à sua instalação, e ainda na presença da pessoa que será monitorada, indicar se todas as funcionalidades estão operando adequadamente;

5.6.3.11. O período de transmissão de dados de monitoramento eletrônico e coordenadas devem ser configuráveis via software com possibilidade de ajuste para

que a “captura” alcance, pelo menos, 15 (quinze) segundos, e a “transmissão” alcance, pelo menos, 60 (sessenta) segundos, em casos específicos a critério da CONTRATANTE;

5.6.3.12. O software do monitoramento eletrônico, em conjunto com os softwares embarcados no dispositivo, deve permitir a criação de regras de comportamento que a pessoa MONITORADA deve respeitar, conforme estabelecer a decisão judicial;

5.6.3.13. Os softwares embarcados do DISPOSITIVO devem possuir funções de calcular as coordenadas de localização do usuário através de processador GNSS interno, armazenar temporariamente e enviar dados criptografados das coordenadas calculadas, bem como indicações de alarme para a Central de Monitoramento Eletrônico, em períodos configuráveis a serem definidos pela CONTRATANTE;

5.6.3.14. A solução de monitoramento eletrônico deverá possibilitar interoperabilidade com eventuais sistemas da CONTRATANTE, atendendo às seguintes condições:

5.6.3.14.1. Disponibilizar um serviço web (WebService), no padrão REST ou SOAP, sobre protocolo seguro (HTTPS), com autenticação de acesso, para consulta em tempo real, por sistemas da CONTRATANTE, às informações relevantes dos monitorados, tais como: posicionamento geográfico, histórico de ocorrências, status dos dispositivos e demais dados pertinentes;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 5.6.3.14.2. Permitir a exportação estruturada de dados, em formatos amplamente aceitos, de forma a possibilitar a integração futura com sistemas de gestão internos da SEAP-PB, que venham a ser desenvolvidos ou contratados, ainda que não haja atualmente um sistema específico implantado, assegurando a continuidade e a rastreabilidade das informações;
- 5.6.3.14.3. A CONTRATADA deverá garantir que os dados lançados no sistema de monitoramento possam ser utilizados, a qualquer tempo, para alimentação de bancos de dados próprios da CONTRATANTE, inclusive caso venha a ser implementado sistema de gestão penitenciária com essas funcionalidades.
- 5.6.3.15. O software de monitoramento deve conter relatórios disponíveis aos administradores do sistema para análise dos logs de acesso, fornecendo inclusive os dados das consultas realizadas pelos demais usuários do sistema;
- 5.6.3.16. A CONTRATADA se obriga a disponibilizar os registros digitais integrais de todas as operações e transações realizadas no software pelos operadores da central de monitoramento, incluindo todos os profissionais que acessam o software;
- 5.6.3.17. As informações que não estiverem disponíveis em relatório nativo do sistema, poderão ser acessadas via BI (Business Intelligence) disponibilizado pela CONTRATADA;
- 5.6.3.18. Deve possuir funcionalidades de expiração de senha, bloqueio de acesso por número limite de tentativas de login. Além disso, o software deve ignorar a diferenciação entre caracteres maiúsculos e minúsculos, acentuação, cedilhas, hífens, pontuação, tremas quando forem realizadas consultas aos dados das pessoas monitoradas;
- 5.6.3.19. O software de monitoramento deverá ser capaz de reconhecer e registrar o conjunto de eventos a serem monitorados que deverá conter, no mínimo, os seguintes avisos:
- Violação de Zona de Inclusão;
 - Retorno ("restabelecimento") à Zona de Inclusão;
 - Violação de Zona de Exclusão;
 - Saída ("restabelecimento") da Zona de Exclusão
 - Retirada (ou tentativa) da tornozeleira;
 - Violação de Zona de Monitoração Continuada;
 - Aviso de proximidade de suposto AGRESSOR, à vítima de violência doméstica;
 - Aviso de bateria crítica dos DISPOSITIVOS com pelo menos 01 (uma) hora de antecedência da descarga total;
 - Aviso de que dos DISPOSITIVOS foram desligados por falta de carga na bateria;
 - Aviso de perda de sinal de GPS dos DISPOSITIVOS;
 - Aviso de perda de sinal de GPRS dos DISPOSITIVOS;
 - Aviso de perda simultânea de GPS e GPRS dos DISPOSITIVOS;
 - Aviso de detecção de tentativa de bloqueio de sinal através do uso de bloqueador (jammer, envelopamento, etc.);
 - Aviso e detecção de violação quando os DISPOSITIVOS detectarem perda simultânea de GPS e GPRS.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 5.6.3.20. O software de monitoramento eletrônico deve ser capaz de permitir a inclusão de rotas em datas e horários programados, evitando a entrada de ocorrências por violação de zona, nas situações diárias e para as saídas temporárias;
- 5.6.3.21. O software de Monitoramento Eletrônico, nas definições de rotas e horários, deve ser apresentado em formato flexível em modo calendário, para definições de feriados ou outras contemplações que alteram as restrições de zonas;
- 5.6.3.22. A desativação do dispositivo deve requerer a utilização da senha individualizada de operador ou supervisor para concretização da ação;
- 5.6.3.23. O software de monitoramento eletrônico deve disponibilizar, na tela de acompanhamento os eventos críticos, com confirmação de leitura de notificação, que obrigue a interação por parte do operador ou do supervisor responsável, armazenando os dados dessa interação com a data e hora de aviso do evento, no formato hh:mm:ss (hora, minuto e segundo);
- 5.6.3.24. Deverá disponibilizar opção de campo de nota ou observações para preenchimento do operador em relação aos eventos ocorridos e providências adotadas;
- 5.6.3.25. O software de monitoramento eletrônico deve ter preenchimento automático de todos os campos que necessite o nome ou código do monitorado, evitando repetição da mesma ação;
- 5.6.3.26. O software deverá possuir mecanismo de envio automático de mensagens via SMS e/ou Correio Eletrônico (e-mail), para informar aos SERVIDORES da CONTRATANTE sobre alertas e violações;
- 5.6.3.27. O software de monitoramento eletrônico deve oferecer painel de operação em que todos os alarmes de pessoas monitoradas estejam visivelmente destacados e com notificação automática do evento aos responsáveis pelo acompanhamento;
- 5.6.3.28. Deve possibilitar a visualização gráfica de localização e movimentação da pessoa, através de imagem de satélite, de mapas ou híbrido;
- 5.6.3.29. Identificar no software de monitoramento qual alarme específico foi acionado pelos DISPOSITIVOS;
- 5.6.3.30. O sistema deverá permitir a visualização em tempo real da posição dos MONITORADOS, incluindo sua situação (normal, em violação e tipo de violação), bem como o acesso aos seus rastros históricos coordenada a coordenada. Quando aplicável, deverá também exibir, a posição das VÍTIMAS portadoras de UPR;
- 5.6.3.31. O software deve permitir o monitoramento eletrônico por meio de mapa digital, com atualizações necessárias;
- 5.6.3.32. Tais atualizações serão de responsabilidade integral da CONTRATADA, incluindo todos os custos;
- 5.6.3.33. O software de monitoramento eletrônico deve permitir a visualização, em tela única e de forma simultânea, do rastreamento online e de possíveis violações de cada monitorado;
- 5.6.3.34. O mapa digital do software de monitoramento eletrônico deve conter no mínimo os seguintes pontos de interesse:
- a) Escolas, creches e universidades;
 - b) Estabelecimentos prisionais, delegacias e postos policiais;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- c) Sedes de órgãos públicos;
- d) Hospitais e Prontos-Socorros;
- e) Instituições bancárias;
- f) Terminais de transporte público;
- g) Postos de combustíveis.

5.6.3.35. O cadastro de zonas de inclusão e exclusão do software de monitoramento eletrônico deve conter os seguintes dados: CEP, logradouro completo de quadra,

conjunto, setor, bairros da respectiva região administrativa, com número, descrição da zona, topo (inclusão ou exclusão), latitude, longitude, vinculando os dados da pessoa monitorada, bem como campo para a realização de observações e anotações, compatibilizado com os cadastros da CONTRATANTE;

5.6.3.36. O software de monitoramento eletrônico deve, mediante solicitação de data e hora inicial e final, permitir acesso a:

- a) A localização da pessoa;
- b) A localização por proximidade da região de ocorrência de delito ou de interesse;
- c) A criação de grupos de pessoas;
- d) O histórico de rastreamento de trajetos da pessoa ou de grupos de pessoas monitoradas;
- e) A detecção de encontros de pessoas monitoradas;
- f) A detecção de locais comuns frequentados pelas pessoas monitoradas.

O software deve oferecer a opção de navegar no mapa, com zoom, conforme escolhida a região padrão de abertura de mapa (cidade, bairros, regiões administrativas, quadras, setores e demais pontos geográficos);

5.6.3.37. O sistema de monitoramento eletrônico deve permitir acesso ao histórico individualizado de qualquer dispositivo em operação ou não, bem como armazenar todo o histórico das movimentações e incidentes da pessoa monitorada, bem como falhas dos dispositivos de monitoramento, nos canais de comunicação e nos comandos programados, todos com data, hora, tipo de falha e operador responsável durante o período de uso do DISPOSITIVO, de forma cumulativa;

5.6.3.38. O sistema deve possibilitar a alteração de parâmetros como severidade de alarmes, a configuração remota do monitoramento eletrônico, o estabelecimento de regras gerais e individuais, pelo período de monitoramento, estabelecimento de zonas de inclusão e exclusão, taxa de atualização dos dados de localização georreferenciada de pessoas;

5.6.3.39. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE o sistema de referência geodésica utilizado e auxiliar no tratamento dos dados;

5.6.3.40. Disponibilizar demais licenças de software complementares (como sistemas operacionais, SGBDs, entre outros) para pleno funcionamento do serviço, conforme descrito nas condições deste Termo de Referência;

5.6.3.41. Deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA, para análise, as seguintes consultas aqui chamadas de consultas avançadas, produto de correlação entre as informações dos SERVIÇOS BÁSICOS:

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 5.6.3.41.1. Busca por Localidade, onde é possível identificar quais MONITORADOS permaneceram próximos de crime(s) cometido(s), a partir de um raio determinado no entorno da ocorrência e de intervalo de tempo antes e após o horário da ocorrência;
- 5.6.3.41.2. Pontos de Parada, em que é possível identificar onde o MONITORADO permaneceu parado por determinado período;
- 5.6.3.42. O SOFTWARE deverá se apresentar como uma ferramenta capaz de proporcionar em dispositivos móveis, a localização do próprio dispositivo móvel, a localização do MONITORADO e permitir consultas ao cadastro dos MONITORADOS, para facilitar a sua identificação;
- 5.6.3.43. Deverá ser baseado em Sistema de Informações Geográficas (SIG), podendo o usuário selecionar ou um mapa de ruas ou imagem de satélite como fundo das informações;
- 5.6.3.44. Deverá permitir selecionar um MONITORADO e traçar uma rota até o seu encontro;
- 5.6.3.45. Deverá permitir a criação de zonas de inclusão e de exclusão, áreas às quais será associado o monitorado, no mapa. As zonas deverão ter formas redondas, poligonais regulares e irregulares, permitindo delimitar as zonas por bairros, quarteirões e áreas específicas e coletivas;
- 5.6.3.46. Deverá permitir selecionar um MONITORADO e traçar uma rota até uma de suas zonas de inclusão ou exclusão;
- 5.6.3.47. Para cada zona deverá ser possível especificar a data, hora e minuto de início e fim da obrigação que a zona requer;
- 5.6.3.48. Deve ser possível agendar a ativação das zonas por um período indeterminado, por indivíduo, enquanto este estiver sendo monitorado;
- 5.6.3.49. Permitir que, quando do tratamento dos eventos ou a qualquer momento, os OPERADORES DE MONITORAMENTO DA CME, remotamente, gerem alarmes visuais ou alarmes vibratórios, ou ambos ao mesmo tempo, nas TORNOZELEIRAS e UPRs;
- 5.6.3.50. O SOFTWARE DE MONITORAMENTO deverá possuir funcionalidade de “Busca por Localidade”, isto é, os SERVIDORES da SEAP-PB poderão, a qualquer momento, proceder com a pesquisa ou requerer que a CONTRATADA informe se determinado(s) MONITORADO(S) estava(m) em determinado local num período de tempo específico, assim como, confrontar os rastros dos MONITORADOS com determinadas coordenadas, objetivando identificar se algum MONITORADO esteve próximo, ou no local de crime, considerando raio e intervalo fornecidos. Quando aplicável, o sistema deverá permitir a correlação dessas informações com a posição das VÍTIMAS portadoras de UPR;
- 5.6.3.51. O Sistema de monitoramento eletrônico deve exibir qual versão cada DISPOSITIVO está operando;
- 5.6.3.52. O software deverá permitir a configuração de inclusão e exclusão através de calendário e horário, podendo haver a inclusão de novas zonas sobre zonas já cadastradas;
- 5.6.3.53. O software deve disponibilizar opção de mapas que mostre a posição das ERB's e suas respectivas operadoras;
- 5.6.3.54. É vedada à CONTRATADA qualquer manipulação ou exclusão dos registros do

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





sistema, tais como: auditoria dos usuários, monitorados, dados de telemetria, rastreamento dos DISPOSITIVOS, dentre outros.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
- 5.8.1. Elaboração de plano de transição, contendo cronograma, responsabilidades e ações para desmobilização ou transferência de atividades, a ser aprovado pela Administração;
 - 5.8.2. Inventário e entrega dos bens, materiais, documentos e demais ativos eventualmente disponibilizados pela contratante ou produzidos durante a execução contratual, conforme previsto no contrato;
 - 5.8.3. Transferência técnica e operacional dos sistemas e plataformas, se for o caso, bem como de bases de dados e quaisquer outros recursos tecnológicos à Administração ou à nova empresa contratada, com garantia de continuidade dos serviços;
 - 5.8.4. Apresentação de relatórios finais de execução contratual, contendo o cumprimento das metas pactuadas, histórico de ocorrências relevantes, indicadores de desempenho e demais informações relevantes;
 - 5.8.5. Treinamento e orientação, quando aplicável, de servidores designados ou da equipe substituta para garantir a transferência de conhecimento e a continuidade dos serviços;
 - 5.8.6. Regularização de pendências administrativas, financeiras e técnicas, inclusive entrega de notas fiscais remanescentes, quitação de obrigações trabalhistas (se cabível) e encerramento formal junto à fiscalização contratual;
 - 5.8.7. Realização de reunião de encerramento contratual entre as partes, com lavratura de ata contendo os termos do encerramento e eventuais encaminhamentos finais;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 13/05/2026 - 11:39hs e [SAP137200] [SENHA] FÁBIO LUIZ DE PAIVA GOMES em 13/05/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 11062507.92939162-4863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11062507.92939162-4863>



SAPDES202609560A



Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período das 08h às 17h.
- 6.7.1. A exigência do preposto no local da execução dos serviços se justifica pela necessidade de assegurar canal de comunicação permanente e eficiente entre a Administração e a Contratada, garantindo a rápida solução de problemas, o suporte operacional contínuo, a adequada execução das atividades e a responsabilização direta por eventuais ocorrências relacionadas ao serviço.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

Gestor do Contrato

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 6.18.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.19.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.20.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.21.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.22.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)
- 6.23.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.24.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.2.1.O pagamento mensal à Contratada será calculado com base exclusiva nos dispositivos eletrônicos de monitoramento efetivamente operacionais, ou seja, em pleno funcionamento técnico e comunicacional, durante o período de apuração. Não se

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 13/05/2026 - 11:39hs e [SAP137200]
[SENHA] FÁBIO LUIZ DE PAIVA GOMES em 13/05/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 11062507.92939162-4863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11062507.92939162-4863>



SAPDES202609560A



considerará, para fins de remuneração, a quantidade total de dispositivos contratados, nem aqueles que, embora vinculados a monitorados, apresentem falhas, interrupções ou perda de funcionalidade, por motivos imputáveis à Contratada;

7.2.2. Para efeito de apuração, considerar-se-á como "dispositivo em funcionamento" aquele que, em cada dia do mês de referência:

- a) estiver corretamente fixado ao monitorado;
- b) apresentar pleno funcionamento, registrar e transmitir dados de forma contínua ao sistema;
- d) responder adequadamente a comandos remotos;
- e) manter funcionamento ininterrupto da bateria e de seus componentes de detecção de violação, sem intercorrências técnicas atribuíveis à Contratada.

7.2.3. A aferição será feita com base em relatório analítico do sistema de monitoramento, validado pela fiscalização da Contratante, considerando o número de dias, por dispositivo, em que se manteve a condição de funcionamento conforme os critérios do item anterior;

7.2.4. A apuração e a glosa ocorrerão de forma proporcional aos dias de inoperância de cada dispositivo;

7.2.5. Serão glosados os valores correspondentes:

- a) aos dias em que os dispositivos não registrarem ou transmitirem dados, por falhas técnicas ou sistêmicas imputáveis à Contratada;
- b) aos dispositivos que apresentarem mau funcionamento de sensores, baterias, travas ou qualquer componente essencial;
- c) a falhas operacionais ou interrupções decorrentes da má execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva sob responsabilidade da Contratada.

7.2.6. A simples vinculação de um dispositivo a um monitorado ou sua disponibilização em estoque não gera direito à remuneração, caso não esteja efetivamente em operação e conforme os padrões exigidos;

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).

7.6. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII);
- 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

- 7.11.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12.Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.14.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.15.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.16.Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.1. o prazo de validade;
 - 7.16.2. a data da emissão;
 - 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.16.5. o valor a pagar; e
 - 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
 - 7.16.7. se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
 - 7.16.8. se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, Não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora do procedimento de contratação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.
- 7.16.8.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada no procedimento de contratação.
- 7.17.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 7.18.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.20.Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

Prazo de pagamento

- 7.24.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.25.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.26.O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.27.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.28.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.28.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.28.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





na legislação vigente.

7.28.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do procedimento;

8.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 13/05/2026 - 11:39hs e [SAP137200]
[SENHA] FÁBIO LUIZ DE PAIVA GOMES em 13/05/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 11062507.92939162-4863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11062507.92939162-4863>



SAPDES202609560A



contratação.

- 8.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.6.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.6.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50 % dos quantitativos licitados.
- 8.6.2. A exigência de atestados será restrita as parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:
- 8.6.2.1. Fornecimento de dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, em escala compatível com a demanda da SEAP-PB.
- 8.6.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.6.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.6.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.6.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 8.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





8.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ANEXO (S)

- 10.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.
- 10.2. Anexo II – Modelo de declaração de vistoria
- 10.3. Anexo II – Modelo de declaração de renúncia à vistoria

João Pessoa-PB, data e assinaturas eletrônicas.

Elaborado por:

Williams Toscano Loureiro de França

Coordenador da Central de Monitoramento Eletrônico

Matrícula: 163.168-3

Aprovado por:

Fábio Luiz de Paiva Gomes

Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 13/05/2026 - 11:39hs e [SAP137200]
[SENHA] FÁBIO LUIZ DE PAIVA GOMES em 13/05/2026 - 15:04hs.
Documento Nº: 11062507.92939162-4863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11062507.92939162-4863>



SAPDES202609560A



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:19.000.000064.2024

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

| Item | Código | Descrição | Unidade | Qtde | R\$ Un. | LC 123/2006 |
|------|--------|--|---------|------|---------|--------------------|
| 1 | 136632 | SERVIÇO de monitoramento e rastreamento de pessoas por localização via satélite, GPS (ou tecnologia semelhante) e tecnologia celular, mediante disponibilização de equipamentos, treinamento, manutenção e suporte técnico, utilizando dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, conforme condições e especificações em Termo de Referência. | Un | 8094 | 300,000 | Ampla Concorrência |

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$29.138.400,000



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(Emitir em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Telefone: _____

Email: _____

Eu, _____, portador do RG nº _____
e CPF nº _____, DECLARO que vistoriei todas as dependências onde serão
realizados serviços de monitoramento e rastreamento de pessoas, através de dispositivos
eletrônicos, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto da
licitação, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada
futuramente na execução dos serviços que se fizerem necessários para a execução contratual.

_____, ____ de _____ de _____.

Representante da Empresa

Representante da SEAP

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9976
e-mail: cplseappb@gmail.com



Assinado com senha por [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 12/12/2025 -
12:11hs e [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 12/12/2025 -
13:07hs.
Documento Nº: 9685205.80690441-1274 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9685205.80690441-1274>



SAPOFN202524416A



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA
(Emitir em papel timbrado da empresa)

Eu, [Nome do Representante Legal], portador do CPF nº [número do CPF], representante legal da empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o número [número do CNPJ], com sede em [endereço completo], DECLARO que não foi realizada vistoria nas dependências onde serão realizados os serviços. DECLARO, ainda, que tenho conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão, estando plenamente ciente da infraestrutura e das condições para a prestação do serviço e dou fé que conheço todos os elementos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação. Portanto, responsabilizo-me integralmente pela execução dos serviços nas condições descritas no Termo de Referência.

Por fim, manifesto minha inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

_____, ____ de _____ de _____.

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Nome da Empresa]

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9976
e-mail: cplseappb@gmail.com



Assinado com senha por [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 12/12/2025 - 12:11hs e [SAP128803] [SENHA] WILLIAMS TOSCANO LOUREIRO DE FRANÇA em 12/12/2025 - 13:06hs.

Documento Nº: 9685205.80690518-2149 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9685205.80690518-2149>



SAPOFN202524416A



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.000.000064.2024

PREGÃO ELETRÔNICO - RP

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA - SEAP E A EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 19.000.000064.2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 051/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO DE PESSOAS, ATRAVÉS DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;



1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.



- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos moldes do Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, nos moldes do Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.



- 9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia> em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor {Inicial_Total_Anuar} do contrato.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual}, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco}, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
 - ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);



iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<Multa MáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-



GOVERNO DA PARAÍBA

| | |
|---|------|
| PROCESSO | Nº x |
| MODALIDADE: licitação/ dispensa/ inexigibilidade | Nº x |
| CADASTRO CGE | Nº x |

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº X

ORGÃO GERENCIADOR: X

ORGÃO (S) PARTICIPANTES (S): X

A (O) <Orgao>, gerenciador da ata de registro de preços, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, considerando o julgamento da licitação na modalidade de X, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 43.759, de 01 de junho de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual , especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| DETENTORA DA ATA | |
|---|---------|
| Razão Social: X | CNPJ: X |
| Endereço: X / CEP: X | |
| Email: X / Telefone: X | |
| Representante Legal: X (Cargo ou Função) - CPF nº X | |

| ITEM | CÓD/ LOTE | DESCRIÇÃO | UNID | QTDE | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL | MARCA |
|----------------------|--------------|-----------|------|--------|----------------|----------------|-------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| DETENTORA DA ATA: | | X | | TOTAL: | | X | |

OBSERVAÇÃO: Trata-se de quadro meramente ilustrativo. Adaptar à realidade de cada objeto ou serviço.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a X.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1 X.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram do procedimento de registro de preços, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, que exigirá:

4.1.1. solicitação formal de adesão ao órgão ou entidade gerenciadora com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;

4.1.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.4. comprovação da prévia consulta e aceitação do licitante registrado em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes;

4.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.4. As adesões a atas de registro de preços observarão as seguintes regras:

4.4.1. São independentes e não poderão comprometer os quantitativos registrados dos órgãos participantes;

4.4.2. Não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para os órgãos ou entidades participantes.

4.4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 48 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O registro a que se refere o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

5.5. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da Central de Compras do Estado da Paraíba e no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou contratação pretendida, desde que devidamente assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e às entidades participantes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. No caso do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Para fins do disposto no item 7.2, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis.

7.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades participantes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

8.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do licitante fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2. e 9.1.4. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento de registro na hipótese do subitem 9.1.2. será formalizado pelo órgão gerenciador a partir da informação da ocorrência, nos termos do Parágrafo único do art. 12 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, pelo órgão ou entidade participante.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do § 3º do art. 43 e no § 4º do art. 44, ambos do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 12, Parágrafo único, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023).

10.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. É de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes, a gestão dos contratos decorrentes da ata de registro de preços e demais atos inerentes, desde a sua formalização até o processamento da despesa, em todas as suas fases, especialmente, o controle, inclusão e divulgação nos sistemas e órgãos pertinentes, em conformidade com as normas aplicáveis.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br.

Local e Data

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unit. (R\$) | Valor Total do Item (R\$) |
|------|-----------|-------|--------|----------------------|------------------------------|
| | | | | | |

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de **ISS e/ou ICMS**, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

ANEXO V - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO VII**Planilha de Custos e Formação de Preço**

| | Descrição | Percentual sobre o valor da proposta | Valor R\$ |
|--------------------------|---|---|------------------|
| I | Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)] | | |
| II | Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados) | | |
| III | Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética) | | |
| IV | Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc) | | |
| V | Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.) | | |
| VI | Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional (especificar o percentual para cada imposto, separadamente) | | |
| VII | Lucro | | |
| TOTAL DO CONTRATO | | 100 % | |

Orientações para o preenchimento da planilha:

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada**: relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial; **Outros insumos**: relacionar o que compõe a conta.

Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

Simples Nacional: indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

Local, dia, mês e ano.
assinatura



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PROCESSO N°: 19.000.000064.2024

OBJETO: Contratação de serviços de monitoramento de pessoas através de tornozeleiras eletrônicas

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em
02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento N°: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, definindo o interesse público e a solução ideal para o objeto em epígrafe.

Dessa forma, o presente documento tem o intuito de avaliar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência e demais peças processuais nos termos do Decreto Estadual Nº 46.187/2025.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inciso I, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso I, do Decreto 46.187/25)

1.1. A presente contratação visa atender a uma demanda essencial da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP-PB), diretamente relacionada ao cumprimento de sua missão institucional e às suas competências, conforme estabelecido no Art. 3º, inciso XII da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007. O problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, consiste na:

- 1.1.1. Prestação de serviços de monitoramento eletrônico de pessoas, por meio de dispositivos de rastreamento vinculados a sistema informatizado de gestão, instrumento de fundamental importância para a execução penal, a redução de riscos à segurança pública e a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade.
- 1.1.2. Entretanto, diante da evolução das demandas institucionais e das adequações verificadas no curso do processo, apresenta-se como imperioso reformular o objeto, a fim de contemplar tanto a manutenção do serviço de monitoramento eletrônico mediante tornozeleiras eletrônicas, quanto a inclusão de Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, voltadas à proteção de mulheres em situação de violência doméstica, além do aperfeiçoamento dos critérios técnicos anteriormente estabelecidos.
- 1.1.3. A incorporação das UPRs atende a demanda formalizada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio do Ofício nº 26/2025/COMUL-TJPB, que destaca a previsão expressa no §5º do art. 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), alterada pela Lei nº 15.125/2025. A norma permite a cumulação do monitoramento eletrônico do agressor com o fornecimento de dispositivo de alerta à vítima, ampliando a efetividade das medidas protetivas de urgência.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



1.1.4. Outro aspecto que motivou a atualização deste ETP e do respectivo Termo de Referência foi a necessidade de revisão dos critérios técnicos anteriormente estabelecidos. Durante a tramitação do processo, verificou-se a pertinência de aprimorar parâmetros e requisitos de modo a assegurar maior competitividade, precisão e aderência às melhores práticas de mercado. Parte dessas adequações levou em conta inclusive ponderações apresentadas em sede de impugnações por licitantes, o que contribuiu para o amadurecimento da modelagem e para o fortalecimento da segurança jurídica do procedimento.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso II, do Decreto 46.187/25)

- 2.1. Para o fornecimento da contratação pretendida, os interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como, apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e as condições expostas no Termo de Referência
- 2.2. Os requisitos técnicos e operacionais descritos a seguir são considerados necessários e suficientes para a adequada escolha da solução, visando garantir a qualidade, desempenho e sustentabilidade da contratação, em conformidade com as diretrizes da SEAP-PB.
- 2.2.1. As tornozeleiras eletrônicas deverão possuir certificação junto à ANATEL e INMETRO, peso inferior a 250 g, resistência à água (mínimo IP68), design ergonômico que assegure conforto e não cause lesões ao usuário, além de autonomia de bateria compatível com o uso contínuo.
- 2.2.2. As Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR deverão permitir integração com o sistema de monitoramento, autonomia de bateria mínima de 24h, dimensões e peso reduzidos (até 250 g), bem como resistência à água e materiais atóxicos, hipoalergênicos e seguros.
- 2.2.3. O software e a plataforma de monitoramento deverão ser disponibilizados módulos de rastreamento em tempo real, geração de alertas, relatórios e dashboards, com acesso restrito e seguro, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). O sistema deverá ser compatível com navegadores atualizados e oferecer APIs de integração com órgãos parceiros.
- 2.2.4. A contratada deverá assegurar operação assistida e suporte técnico 24h, com substituição imediata de equipamentos defeituosos ou inservíveis, sem ônus para a Administração.
- 2.2.5. A contratada será integralmente responsável pela recepção, transporte, entrega junto à Central de Monitoramento Eletrônico, bem como pela coleta e recolhimento de dispositivos substituídos ou inservíveis, em nenhuma hipótese recaindo tais atividades sobre a Administração.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



- 2.2.6. Deverão ser observadas práticas de descarte ambientalmente adequado, logística reversa de baterias e componentes eletrônicos, bem como atualização periódica de software e firmware para garantir compatibilidade e evolução tecnológica durante todo o período contratual.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Inciso V, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso III, do Decreto 46.187/25)

3.1. Foi realizado levantamento de mercado com base na análise de contratações anteriores similares, realizadas tanto pela SEAP-PB quanto por outras unidades da federação. Essa análise permitiu identificar os modelos de contratação usualmente adotados e seus respectivos resultados em termos de economicidade, eficiência e segurança operacional.

3.2. A análise resultou na seguinte escolha e justificativa técnica e econômica:

3.2.1. Entre as alternativas avaliadas, consideraram-se dois modelos principais:

- Aquisição direta dos equipamentos (tornozeleiras e UPRs), com posterior desenvolvimento ou contratação de software de monitoramento, manutenção e logística pela Administração;
- Contratação de serviço especializado, com fornecimento dos dispositivos em regime de comodato, englobando software, suporte técnico, atualizações, manutenção e logística.

3.2.1.1. Após a avaliação técnica e econômica, verificou-se que a contratação de serviço em regime de comodato se mostra mais vantajosa para a SEAP-PB, pelos seguintes fatores:

- Integração completa: o serviço contratado já contempla software, dispositivos, infraestrutura de comunicação e suporte, assegurando integração plena. Na aquisição direta, haveria necessidade de contratar separadamente o desenvolvimento de sistema, sem garantia de compatibilidade.
- Atualizações constantes: o modelo de serviço inclui atualizações periódicas de software e firmware, além de evolução tecnológica durante o contrato, o que não estaria assegurado em caso de aquisição direta.
- Manutenção e trocas de dispositivos: no comodato, a contratada é responsável por substituir imediatamente equipamentos defeituosos ou inservíveis, sem ônus adicional para a Administração. Na aquisição, os dispositivos danificados representariam perda patrimonial e exigiriam nova compra, com custos elevados.
- Personalização e suporte: a solução prestada como serviço permite ajustes de acordo com os protocolos da SEAP-PB e oferece suporte técnico contínuo, aspectos de difícil execução caso os itens fossem apenas adquiridos.
- Risco mitigado: no modelo de serviço, o risco da obsolescência tecnológica, das falhas de dispositivos e das manutenções é transferido à contratada, preservando a Administração de custos imprevistos.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



- Custo-benefício: a soma de aquisições de dispositivos, desenvolvimento/contratação de software, manutenção, reposições e logística geraria um custo superior ao valor global do serviço em comodato, além de fragmentar a responsabilidade contratual.
- 3.2.2. Assim, comparando a possibilidade de aquisição direta versus a contratação de serviço em comodato, verifica-se que esta última é a solução mais vantajosa para a Administração, por reunir em um único contrato todos os elementos necessários à operação (dispositivos, software, manutenção, atualizações, suporte e logística), assegurando continuidade, eficiência e economicidade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso V, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso IV, do Decreto 46.187/25)

4.1. A solução a ser contratada consiste em:

- 4.1.1.1. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de pessoas, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, a operação, a manutenção e a substituição de dispositivos eletrônicos de rastreamento — tornozeleiras eletrônicas e Unidades Portáteis de Rastreamento (UPR) — além da disponibilização de plataforma tecnológica integrada para uso da Central de Monitoramento Eletrônico da SEAP-PB.
- 4.1.1.2. A solução deverá ser entregue de forma completa e integrada, assegurando que dispositivos, software e infraestrutura de suporte funcionem de maneira harmoniosa, permitindo rastreamento em tempo real, emissão de alertas, comunicação bidirecional entre monitorados e a Administração Pública, bem como a geração de informações confiáveis para a gestão e acompanhamento das medidas judiciais e protetivas.
- 4.1.1.3. O ciclo de vida do objeto abrange as seguintes etapas:
- 4.1.1.3.1. Fornecimento inicial dos dispositivos e dos elementos de infraestrutura necessários à sua operação;
- 4.1.1.3.2. Implantação e configuração do sistema, incluindo treinamento dos servidores responsáveis pelo uso da solução;
- 4.1.1.3.3. Fornecimento e fixação inicial dos dispositivos nos monitorados, cabendo integralmente à CONTRATADA a responsabilidade pela logística, compreendendo recebimento, armazenamento, transporte, encaminhamento e entrega junto à Central de Monitoramento Eletrônico, bem como a coleta e recolhimento de equipamentos substituídos ou inservíveis;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



- 4.1.1.3.4. Operação assistida e manutenção contínua, contemplando manutenção preventiva e corretiva, com substituição imediata de dispositivos defeituosos ou inservíveis e suporte técnico 24 horas por dia, sete dias por semana;
- 4.1.1.3.5. Atualizações periódicas de software e firmware, assegurando compatibilidade, evolução tecnológica e conformidade com requisitos legais e de segurança da informação;
- 4.1.1.3.6. Fiscalização contínua pela Administração, que atuará em todas as fases da execução contratual, por meio de acompanhamento, verificação do cumprimento de níveis de serviço, aplicação de instrumentos de medição de desempenho e registro em relatórios periódicos;
- 4.1.1.3.7. Desmobilização e encerramento contratual, com recolhimento de todos os equipamentos, descarte ambientalmente adequado dos inservíveis, logística reversa de baterias e componentes eletrônicos, entrega integral dos dados em formato interoperável e suporte à transição de eventual novo fornecedor.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (inciso IV, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso V, do Decreto 46.187/25)

- 5.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi dimensionada a partir da análise da demanda atual e da necessidade de ajustes identificados no decorrer da tramitação processual, conforme informado em comunicações oficiais encaminhadas à Central de Compras. Esses ajustes tiveram por objetivo alinhar o objeto às necessidades reais da SEAP-PB e às recomendações dos órgãos envolvidos, assegurando adequação técnica e continuidade do serviço:
- 5.1.1.1. No tocante às Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, a definição do quantitativo foi fundamentada no Ofício nº 26/2025/COMUL-TJPB, que indicou a necessidade de disponibilização de 1.500 (mil e quinhentas) unidades, considerando o número atual de mulheres atendidas pela Patrulha Maria da Penha e a necessidade de ampliar a efetividade das medidas protetivas.
 - 5.1.1.2. Em relação às tornozeleiras eletrônicas, a estimativa considera o estoque necessário à manutenção da política de monitoramento de pessoas privadas de liberdade ou em cumprimento de medidas alternativas, em continuidade às contratações anteriores e em conformidade com o dimensionamento já consolidado pela SEAP-PB.
 - 5.1.1.3. Dessa forma, a presente contratação contempla a aquisição estimada de 6.594 (seis mil, quinhentas e noventa e quatro) tornozeleiras eletrônicas e 1.500 (mil e quinhentas) Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, quantidades definidas de modo a garantir a suficiência da

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



solução durante o período contratual e a plena execução das medidas judiciais vinculadas ao monitoramento eletrônico.

5.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas está detalhada na tabela abaixo:

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quantidade |
|------|--------|--|---------|------------|
| 01 | 136632 | SERVIÇO de monitoramento e rastreamento de pessoas por localização via satélite, GPS (ou tecnologia semelhante) e tecnologia celular, mediante disponibilização de equipamentos, treinamento, manutenção e suporte técnico, utilizando dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, conforme condições e especificações em Termo de Referência. | Un | 8.094 |

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso VI, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso VI, do Decreto 46.187/25)

6.1. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços referenciais, foi obtida por meio de pesquisa de preços, da seguinte forma:

- a) Valor unitário obtido no Pregão Eletrônico nº 90006/2025, conduzido pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão: R\$ 270,00 por tornozeleira eletrônica.
- b) Média de preços apurada em pesquisa de preços conduzida pela Central de Compras do Estado da Paraíba (Processo nº 190000000642024 em andamento): R\$ 440,00 por unidade.
- c) Valor do contrato atualmente vigente na SEAP-PB até 09/2025: R\$ 230,50 por unidade.
- d) A média aritmética simples dos valores obtidos nas três fontes citadas resulta em: R\$ 313,50 por unidade.
- e) Ressalta-se que, no referido procedimento do Estado do Maranhão, o item foi caracterizado como “Serviço especializado de monitoração eletrônica [...], com fornecimento de dispositivos eletrônicos de monitoramento (homologado pela ANATEL)”, sem distinção entre tornozeleiras e Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, de modo o valor unitário de referência, tanto para tornozeleiras quanto para UPRs é o mesmo.

| Item | Descrição | Unidade | Qtde. | Valor unit. | Valor mensal | Valor total |
|------|---|---------|-------|-------------|------------------|-------------------|
| 01 | SERVIÇO de monitoramento e rastreamento de pessoas por localização via satélite, GPS (ou tecnologia semelhante) e tecnologia celular, mediante disponibilização de equipamentos, treinamento, manutenção e suporte técnico, | Un | 8094 | R\$ 313,50 | R\$ 2.537.469,00 | R\$ 30.449.628,00 |

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | utilizando dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, conforme condições e especificações em Termo de Referência. | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

6.2. O valor total estimado da contratação é de R\$ 30.449.628,00 (trinta milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais).

6.3. O valor estimado para fins de estabelecimento do valor de referência para a realização do procedimento licitatório será definido na oportuna fase de pesquisa de preços, seguindo as diretrizes do Decreto Estadual nº 42.967/22, coadunando com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei 14.133/21.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso VII, do Decreto 46.187/25)

7.1. A decisão quanto ao parcelamento ou não da solução foi analisada sob a ótica da viabilidade técnica e econômica, visando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.1.1. Não se optou pelo parcelamento do objeto em razão da natureza integrada da solução, que envolve dispositivos eletrônicos (tornazeleiras e UPRs), software de monitoramento, suporte técnico, manutenção e logística. O fracionamento da contratação acarretaria riscos de incompatibilidade entre sistemas distintos, dificuldade de responsabilização contratual e perda de eficiência operacional, uma vez que a plena funcionalidade do serviço depende da integração entre hardware, software e infraestrutura de comunicação.

7.1.2. Além disso, a manutenção do objeto de forma unificada possibilita maior economia de escala, simplifica a gestão contratual e assegura que todas as obrigações de fornecimento, atualização tecnológica, suporte, substituição de dispositivos e logística fiquem sob responsabilidade de um único fornecedor, reduzindo riscos de falhas e conflitos de atribuições.

7.1.3. Dessa forma, a não divisão do objeto preserva a eficiência, a economicidade e a continuidade do serviço, além de estar alinhada ao interesse público e aos princípios da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inciso XI, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso VIII, do Decreto 46.187/25)

8.1. Foram identificadas as seguintes contratações correlatas e/ou interdependentes que podem impactar ou ser impactadas pela presente contratação:

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977





- 8.1.1. Destaca-se a contratação em andamento para o desenvolvimento de um sistema de gestão penitenciária, voltado à atualização do sistema existente e à modernização dos fluxos de informação da SEAP-PB. Embora esse sistema possa funcionar de forma independente, sua integração com a plataforma de monitoramento eletrônico permitirá maior eficiência na consolidação de dados, reduzindo retrabalho, aprimorando relatórios estatísticos e garantindo maior confiabilidade nas informações compartilhadas com o Poder Judiciário e demais órgãos de segurança pública.
- 8.1.2. Assim, a presente contratação não depende dessa iniciativa, mas ambas devem ser planejadas de modo a permitir integração futura, em benefício da eficiência administrativa e da qualidade da gestão penitenciária.

9. DEMONSTRATIVO DE PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) (Inciso II, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso IX, do Decreto 46.187/25)

- 9.1. A contratação do objeto está parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, no qual consta a previsão de 7.000 tornozeleiras eletrônicas, quantitativo que abrange a necessidade atual de 6.594 unidades.
- 9.2. Entretanto, a contratação também inclui 1.500 Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, demanda que surgiu posteriormente à elaboração do PCA, a partir de solicitação formalizada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba e das atualizações legais que preveem a cumulação do monitoramento eletrônico do agressor com a disponibilização de dispositivo de alerta à vítima.
- 9.3. Dessa forma, a contratação encontra-se parcialmente prevista, sendo os ajustes justificados pela necessidade de adequação à demanda real e ao fortalecimento das medidas protetivas de urgência, em consonância com o interesse público e com a missão institucional da SEAP-PB.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inciso IX, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso X, do Decreto 46.187/25)

- 10.1. A efetivação desta contratação visa alcançar os seguintes resultados, em termos de economicidade, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, e aprimoramento das atividades da SEAP-PB:
- 10.1.1. Garantia da continuidade do monitoramento eletrônico de pessoas privadas de liberdade ou em cumprimento de medidas alternativas, em conformidade com a execução penal;
- 10.1.2. Ampliação da proteção a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mediante a disponibilização de Unidades Portáteis de Rastreamento – UPR, fortalecendo as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha;

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



- 10.1.3. Redução de custos operacionais indiretos, mediante transferência do risco da manutenção e da obsolescência tecnológica à contratada;
- 10.1.4. Aumento da eficiência da Central de Monitoramento Eletrônico, com disponibilização de plataforma tecnológica integrada, relatórios gerenciais e comunicação em tempo real;
- 10.1.5. Melhoria da qualidade do serviço prestado, assegurando maior confiabilidade das informações e agilidade no atendimento a ocorrências.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Inciso X, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso XI, do Decreto 46.187/25)

- 11.1. Para a devida celebração e execução do futuro contrato, deverão ser adotadas as seguintes providências prévias pela Administração:
 - 11.1.1. Definição e designação formal dos fiscais e gestores do contrato;
 - 11.1.2. Capacitação dos servidores designados para a fiscalização e gestão contratual, de forma a assegurar adequado acompanhamento técnico da execução;
 - 11.1.3. Adaptações no ambiente físico/tecnológico da SEAP-PB, no que couber.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (Inciso XII, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso XII, do Decreto 46.187/25)

- 12.1. Considerando a natureza do objeto, foram identificados os seguintes possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras:
 - 12.1.1. Descarte de resíduos eletrônicos, baterias e componentes inservíveis → deverá ser realizada logística reversa pela contratada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
 - 12.1.2. Consumo de energia elétrica pelos dispositivos → deverá ser priorizado o fornecimento de equipamentos de baixo consumo, com baterias de longa duração.
 - 12.1.3. Transporte e movimentação logística de equipamentos → a contratada deverá adotar práticas de transporte sustentável sempre que possível e minimizar deslocamentos desnecessários.
 - 12.1.4. Desmobilização ao final do contrato → recolhimento integral dos dispositivos pela contratada, com comprovação de descarte ambientalmente adequado.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Inciso XIII, do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso XIII, do Decreto 46.187/25)

- 13.1. Com base nas análises e justificativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a presente contratação é:

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A



- 13.1.1. Adequada e oportuna para o atendimento da necessidade a que se destina, sendo a solução mais vantajosa para a Administração.
- 13.1.2. Indispensável para a garantia da continuidade do monitoramento eletrônico de pessoas privadas de liberdade e para a proteção de mulheres em situação de violência doméstica.
- 13.1.3. Viável técnica e economicamente, por reunir em um único contrato dispositivos, software, manutenção, suporte e logística, transferindo riscos à contratada e assegurando eficiência.
- 13.1.4. Essencial para o fortalecimento da política pública de segurança da SEAP-PB, promovendo tanto a execução penal eficiente quanto a prevenção da violência contra a mulher.

14. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (art. 10, §7º do Decreto 46.187/25)

- 14.1. Diante do exposto, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar e determino o prosseguimento das demais etapas do processo de contratação.

João Pessoa - PB, data e assinaturas eletrônicas.

Elaborado por:

Alexandre Rodrigues Gomes Costa
Policial Penal
174.080-6

Aprovado por:

João Alves de Albuquerque
Secretário de Estado da Administração Penitenciária


Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP
Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe - João Pessoa/PB – CEP 58015-020
Centro Administrativo Estadual - Bloco II, 4º andar - Fone: (83) 3208-9977



Assinado com senha por [SAP18590] [SENHA] ALEXANDRE RODRIGUES GOMES COSTA em 02/10/2025 - 15:58hs e [SAP46987] [SENHA] JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE em 02/10/2025 - 16:05hs.
Documento Nº: 8977484.74158259-2578 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8977484.74158259-2578>



SAPOFN202519366A

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------|--|-------|-----|------|--|--|--|--|--------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|-------|
| <div><div>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</div></div> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAPA DE CONFERÊNCIA DE QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS: SERVIÇO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, TORNOZELEIRA ELETRÔNICA - SEAP | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PROCESSO N° : 19.000.000064.2024 | | | | | | | | | | ÓRGÃOS | | | | | | | | | | | | | | Total |
| Item | Cod | Descrição | Item | Uni | SEAP | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 136632 | SERVIÇO de monitoramento e rastreamento de pessoas por | Único | Un | 8094 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8094 |



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE ESTIMATIVA DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

PESQUISA: SERVIÇO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, TORNOZELEIRA ELETRÔNICA - SEAP

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ITEM | UNID | TOTAL |
|------|--------|--|-------|------|-------|
| 1 | 136632 | SERVIÇO de monitoramento e rastreamento de pessoas por localização via satélite, GPS (ou tecnologia semelhante) e tecnologia celular, mediante disponibilização de equipamentos, treinamento, manutenção e suporte técnico, utilizando dispositivos eletrônicos de monitoramento e | Único | Un | 16188 |

Consolidado por: Micheline Braga Carneiro da Costa

Data consolidação: 03/10/2025

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91051/2025-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Serviço de rastreamento

Descrição Detalhada: SERVIÇO de monitoramento e rastreamento de pessoas por localização via satélite, GPS (ou tecnologia semelhante) e tecnologia celular, mediante disponibilização de equipamentos, treinamento, manutenção e suporte técnico, utilizando dispositivos eletrônicos de monitoramento e rastreamento, conforme condições e especificações em Termo de Referência.

Tratamento Diferenciado: Não

| | | | |
|---|-----------------------|--|----------------|
| Aplicabilidade Decreto 7174/2010: | Não | Quantidade Mínima Cotada: | 8094 |
| Quantidade Total: | 8094 | Critério de Valor: | Valor Estimado |
| Critério de Julgamento: | Menor Preço | Quantidade Máxima para Adesões: | 16188 |
| Valor Unitário (R\$): | 300,00 | | |
| Unidade de Fornecimento: | UNIDADE | | |
| Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): | 0,01 | | |
| Local de Entrega (Quantidade): | João Pessoa/PB (8094) | | |